

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS**

**ROGÉRIO JÚNIOR BORATIM**

**Avaliação dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Universidade Estadual de Londrina (UEL): um estudo a partir da teoria do campo científico de Pierre Bourdieu**

**MARINGÁ**

**2014**

**ROGÉRIO JÚNIOR BORATIM**

**Avaliação dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Universidade Estadual de Londrina (UEL): um estudo a partir da teoria do campo científico de Pierre Bourdieu**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Área de concentração: Elaboração de Políticas Públicas

Orientador: Prof. Dr. Walter Lúcio de Alencar Praxedes

**MARINGÁ**

**2014**

**ROGÉRIO JÚNIOR BORATIM**

**Avaliação dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Universidade Estadual de Londrina (UEL): um estudo a partir da teoria do campo científico de Pierre Bourdieu**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas pela Comissão Julgadora composta pelos membros:

**COMISSÃO JULGADORA**

Prof. Dr. Walter Lucio de Alencar Praxedes  
Universidade Estadual de Maringá (Presidente)

Prof. Dr. Afrânio Mendes Catani  
Universidade de São Paulo (USP)

Prof. Dr. Mario Luiz Neves de Azevedo  
Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Aprovada em: 09 de abril de 2014

Local de defesa: Bloco H-12, sala 14, *campus* da Universidade Estadual de Maringá

*Dedicatória*

*Às minhas amadas: Carolina (esposa) e Luiza (filha),  
companheiras de inegável amor e cumplicidade.*

*Ao meu orientador,  
professor Walter Lúcio de Alencar Praxedes,  
pelos valiosos ensinamentos, pela conduta zelosa,  
ética e profissional.*

*Aos professores que participaram da minha  
formação, desde a professora do primário aos  
professores do Mestrado Profissional em  
Políticas Públicas da UEM.*

## AGRADECIMENTOS

Antes de externar meus agradecimentos quero registrar que a elaboração de uma Dissertação é um ato de disciplina, determinação, trabalho árduo e crença no poder da transformação pelo conhecimento.

Este trabalho representa o fim de um ciclo de estudos coroado pelo sentimento do dever cumprido, mas que certamente só foi possível porque contou com a participação direta e indireta de muitas pessoas.

Agradeço aos familiares que em momento algum deixaram de acreditar em mim.

Aos colegas da turma do Mestrado pela demonstração de companheirismo e cordialidade.

Aos professores Dr. Mario Luiz Neves de Azevedo e Dr. Raymundo de Lima que contribuíram com sugestões pertinentes no exame de qualificação.

À amiga de trabalho, Ivani Moraes da Silva, pelo constante incentivo e por ter assumido às atividades da Divisão nos meus dias de licença para o Mestrado.

Aos professores do Curso pela dedicação e competência na abordagem dos conteúdos e à Escola de Governo do Estado do Paraná que oportunizou a qualificação.

# **Avaliação dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Universidade Estadual de Londrina (UEL): um estudo a partir da teoria do campo científico de Pierre Bourdieu**

## **RESUMO**

Esta pesquisa tem o propósito de investigar os fatores internos e externos ao *campo científico* que estão “prejudicando” os Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu* da Universidade Estadual de Londrina (UEL) junto à avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Para tanto, apresenta-se uma reflexão sociológica (conjunto de representações sociais que legitimam o campo da pós-graduação) sobre a estrutura da pós-graduação, bem como os elementos e as estratégias para uma política de consolidação dos Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu* da UEL. Seguindo a teoria dos *campos* de Pierre Bourdieu (2004), o *campo científico* possui um conjunto de representações condicionadas pelo capital simbólico, ou seja, os dominantes do campo por ocuparem posições estratégicas (onde são definidas as políticas de financiamento das pesquisas científicas e da pós-graduação e o sistema de avaliação da pós-graduação), tendem a estratificar a estrutura e dificultar a ascensão dos grupos com capital simbólico incipiente. Desta forma, procurou-se analisar e interpretar de forma qualitativa e quantitativa os documentos oficiais produzidos pelos órgãos e agentes interlocutores do campo científico (fichas de avaliação, regulamentos dos programas, resoluções, editais, documentos das áreas de avaliação, etc.), tanto da UEL como da CAPES, bem como de outras agências que se imbricam no sistema nacional de pós-graduação, buscando elucidar as relações objetivadas na estrutura do campo (relações de poder).

**Palavras-chave:** Campo científico. Política de consolidação. *Stricto sensu* da UEL. Programas de pós-graduação.

# **Evaluation of Post-graduate studies at the State University of Londrina (UEL) programs: a study from the scientific field theory of Pierre Bourdieu**

## **ABSTRACT**

This research aims to investigate the internal and external factors to the scientific field who are "hurting" the Post-graduate Programs at the State University of Londrina (UEL) by the evaluation of the Coordination of Improvement of Higher Education Personnel (CAPES). To this end, we present a sociological reflection (set of social representations that legitimize the field of post-graduate) on the structure of the post-graduate as well as the elements and strategies towards a political consolidation of Post-graduate Programs *Stricto sensu* at the UEL. Following the field theory of Pierre Bourdieu (2004), the scientific field has a set of representations conditioned by the symbolic capital, it means that, the dominant field by occupying strategic positions (which are defined policies for funding of scientific research and post graduate and evaluation system of graduate education) tend to stratify the structure and hinder the rise of groups with incipient symbolic capital. This way, we sought to analyze and interpret qualitative and quantitative way the official documents produced by agencies and stakeholders of the scientific field agents (evaluation forms, regulations, programs, resolutions, notices, documents the areas of assessment, etc.), both UEL as CAPES, as well as other agencies that overlap in the national system post-graduate, trying to elucidate the relations objectified in the structure of the field (power relations).

**Keywords:** Scientific field. Consolidation policy. *Stricto sensu* at the UEL. Post-graduate programs.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Crescimento da Pós-Graduação <i>Stricto sensu</i> da UEL .....	38
Gráfico 2 – Docentes na Pós-Graduação <i>Stricto sensu</i> da UEL (1990 a 2012) .....	39
Gráfico 3 – Número de Defesas de Dissertações e Teses na UEL (1990 a 2012) .....	39
Gráfico 4 – Programas de Pós-Graduação da UEL por Área de Conhecimento .....	54
Gráfico 5 – Programas de Pós-Graduação da UEL por Conceito – Triênio 2001/2003 .....	55
Gráfico 6 – Programas de Pós-Graduação da UEL por Conceito – Triênio 2004/2006 .....	55
Gráfico 7 – Programas de Pós-Graduação da UEL por Conceito – Triênio 2007/2009 .....	56
Gráfico 8 – Percentual de Programas de Pós-Graduação da UEL com Conceito 3 por área – Triênio 2007/2009 .....	56
Gráfico 9 – Percentual de Programas de Pós-Graduação da UEL com Conceito 4 por área – Triênio 2007/2009 .....	57
Gráfico 10 – Percentual de Programas de Pós-Graduação da UEL com Conceito 5 por área – Triênio 2007/2009 .....	58

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	– Produção Intelectual do Corpo Docente dos Programas <i>Stricto sensu</i> da UEL (2002 a 2011) .....	40
Tabela 2	– Mestrados no Brasil por conceito no ano de 1995 .....	50
Tabela 3	– Doutorados no Brasil por conceito no ano de 1995.....	50
Tabela 4	– Cursos e Conceitos no ano de 2013.....	51
Tabela 5	– Desempenho dos Programas de Pós-Graduação <i>Stricto sensu</i> da UEL que obtiveram o conceito 3 em duas ou mais avaliações da CAPES (triênios 2001/2003, 2004/2006 e 2007/2009) .....	62
Tabela 6	– Programas de Pós-Graduação da UEL com conceito 5 na Avaliação do triênio 2007/2009 .....	64
Tabela 7	– Docentes PQ/CNPq (Produtividade em Pesquisa) Vinculados aos Programas de Pós-Graduação <i>Stricto sensu</i> da UEL .....	65
Tabela 8	– Relação Conceito/Área/Número de Programas no Brasil .....	67
Tabela 9	– Ponderação dos Quesitos por Área de Avaliação da Capes – Triênio 2007/2009 .....	68
Tabela 10	– Recursos Repassados pela CAPES pelo PROAP (Programa Apoio à Pós-Graduação) 2009 a 2013 .....	73
Tabela 11	– Número de Bolsas CAPES/Demanda Social Concedidas em 2013 .....	75

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (UEL)
CFE	Conselho Federal de Educação
CNPQ	Conselho Nacional de Pós-Graduação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPG	Coordenadoria de Pesquisa e Pós-Graduação (UEL)
CTC	Conselho Técnico Científico (CAPES)
DAAD	Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico
DS	Demanda Social
EUA	Estados Unidos da América
FUEL	Fundação Universidade Estadual de Londrina
IES	Instituição de Ensino Superior
PBDCT	Plano Brasileiro de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
PNPG	Plano Nacional de Pós-Graduação
PQ	Pesquisador Produtividade (CNPq)
PROAP	Programa de Apoio à Pós-Graduação
PROPPG	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (UEL)
TIDE	Tempo Integral e Dedicção Exclusiva
UEL	Universidade Estadual de Londrina
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>BREVE HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DO CAMPO DA PÓS-GRADUAÇÃO <i>STRICTO SENSU</i> NO BRASIL E NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA .....</b>	<b>22</b>
2.1	BREVE HISTÓRIA DA PÓS-GRADUAÇÃO <i>STRICTO SENSU</i> NO BRASIL .....	22
2.2	BREVE HISTÓRIA DA PÓS-GRADUAÇÃO <i>STRICTO SENSU</i> NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA .....	33
<b>3</b>	<b>A CAPES COMO ENTE POLÍTICO RESPONSÁVEL PELA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CAMPO DA PÓS-GRADUAÇÃO <i>STRICTO SENSU</i> NO BRASIL .....</b>	<b>44</b>
3.1	CONSOLIDAÇÃO DE UM SISTEMA MERITOCRÁTICO DE AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO <i>STRICTO SENSU</i> : REFLEXOS NA ORGANIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E NO TRABALHO DOCENTE .....	44
<b>4</b>	<b>PERFORMANCE DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UEL NO CAMPO DA PÓS-GRADUAÇÃO <i>STRICTO SENSU</i> .....</b>	<b>53</b>
4.1	DIAGNÓSTICO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UEL FRENTE AOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA CAPES: A ÓTICA DE DUAS REALIDADES .....	53
4.2	CONVERSÃO DO CAPITAL CIENTÍFICO EM FOMENTO FINANCEIRO: PRIVILÉGIO LEGÍTIMO .....	70

<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>77</b>
<b>6</b>	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>81</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil está indissociavelmente vinculado a consolidação de um sistema nacional de pós-graduação *stricto sensu* (Mestrado/Doutorado)<sup>1</sup>, que desde meados do século XX é orientado e controlado por uma política do governo federal fortemente centralizada em órgãos estruturados a partir de uma perspectiva cientificista e produtivista.

Segundo Santos (2003) um dos principais aspectos que influenciou a implantação e o modelo da pós-graduação brasileira foi a integração dos países periféricos com os países centrais, a partir de uma relação de “parceria subordinada” em que os países desenvolvidos foram movidos pela busca de mercados consumidores e em “desestimular as iniciativas de desenvolvimento tecnológico do país importador”. Este contexto de dominação e desestímulo, alimentado principalmente pelos Estados Unidos da América (EUA), forjou a exigência de padrão internacional junto aos pesquisadores brasileiros, desta forma, os temas e a qualidade das pesquisas deveriam estar em consonância com a produção intelectual dos países desenvolvidos (SANTOS, 2003).

Para Sergio Miceli (1995), a fase embrionária do projeto de desenvolvimento científico e tecnológico para o Brasil remonta ao período do pós-guerra (2ª Guerra Mundial), principalmente a partir da década de 50, em uma conjuntura caracterizada pela preocupação com a segurança nacional, na qual se uniram militares e cientistas (MICELI, 1995, p. 19):

[...] no contexto de uma aliança entre militares e cientistas, ambos os grupos mobilizados pelos desafios da energia nuclear e suas conseqüências para a formulação e implementação de uma política de segurança nacional no pós-guerra. Datam do final dos anos 40 algumas iniciativas e sementes institucionais do que acabariam culminando na criação do Conselho Nacional de Pesquisa em 1951 [...]

Historicamente o *campo científico* vem sofrendo interferências de outros *campos*, como do político (órgãos do governo), do econômico (empresas estatais e privadas),

---

<sup>1</sup> O Parecer CFE Nº 977/65 traz as seguintes conclusões sobre as características fundamentais dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*: 1) A pós-graduação de que trata a alínea b) do artigo 69 da Lei de Diretrizes e Bases é constituída pelo ciclo de cursos regulares em seguimento à graduação, e que visam a desenvolver e aprofundar a formação adquirida nos cursos de graduação e conduzem à obtenção de grau acadêmico. 2) A pós-graduação, compreenderá dois níveis de formação: Mestrado e Doutorado. Embora hierarquizados, o mestrado não constitui condição indispensável à inscrição no curso de doutorado. 3) O mestrado pode ser encarado como etapa preliminar na obtenção do grau de doutor ou como grau terminal. 4) O doutorado tem por fim proporcionar formação científica ou cultural ampla e aprofundada, desenvolvendo a capacidade de pesquisa e poder criados nos diferentes ramos do saber.

do mercado internacional e do social (demandas para resolução de problemas da sociedade). Como a pós-graduação é o *campo* que tem como capital simbólico à produção do conhecimento científico, bem como a formação de recursos humanos especializados, nas últimas décadas passou a ser vista pelo Governo Federal brasileiro como área estratégica para o desenvolvimento científico e tecnológico do país.

Neste contexto de desenvolvimento científico-tecnológico, o Estado passou a institucionalizar uma rede de agências de fomento à pesquisa, estimulando e atraindo a elite intelectual do país, que naquele momento, organizava-se através dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, centros privados de pesquisa e sociedades científicas (MICELI, 1995).

Miceli (op. cit.) destaca deste processo de incorporação social dos paradigmas da ciência, o êxito dos cientistas sociais brasileiros, que souberam converter suas relações com as agências de fomento públicas e privadas, especialmente com a Fundação Ford, em capital científico e capital político. As relações que se deram dentro do campo científico a partir do surgimento das agências de fomento foram marcadas por um sistema de competição e classificação, em que o ranking era determinado pelos indicadores de capital de cada pesquisador. Para Miceli (1995, p. 22):

[...] A própria compreensão da dinâmica das relações no interior do campo intelectual e científico requer hoje uma familiarização com a nomenclatura classificatória com que uns e outros se referem aos parceiros e aos concorrentes. Alto clero e baixo clero, produtivistas e puristas, empiricistas e teóricos, filosofantes e sociologizantes, elitistas e populistas, eis algumas das oposições com que os agentes do campo em questão costumaram remendar simbolicamente as diferenças de situação material, de graus de reconhecimento e prestígio, de identificação e de estilos de vida e pensamento. [...]

No Brasil, entretanto, foi na década de 1970, com a implantação de um sistema nacional de pós-graduação, centrado nos cursos de mestrado e doutorado, que se intensificou a construção social e política de uma elite intelectual, designada para institucionalizar a pesquisa científica. Para Sergio Miceli (1995), houve um processo para internalizar o que então era denominado como formação de “capital humano” altamente especializado e, acima de tudo, garantir a reprodução das gerações sucessoras.

O parecer do Conselho Federal de Educação, Parecer CFE Nº 977 de 03/12/1965, é um dos principais documentos que marcam o início e norteia a pós-graduação brasileira; nele ficou evidente a forte influência dos modelos Norte Americano e Europeu. Isso explica porque nossa pós-graduação desenvolveu-se sob os padrões internacionais, ou

seja, o campo científico foi demarcado pelo jogo da competitividade. O referido parecer não só discute a definição, níveis e finalidades da pós-graduação, mas principalmente, dota a universidade de um poder simbólico ainda maior. A pós-graduação passou a ocupar a posição de dominante na estrutura do campo científico, legitimada pela missão que lhe fora atribuída, ou seja, a produção de conhecimento específico (direcionado) que resultaria no desenvolvimento científico e tecnológico do país. O Parecer CFE No. 977/65 traz a seguinte afirmação: [...] A pós-graduação torna-se, assim, na universidade moderna, cúpula dos estudos, sistema especial de cursos exigido pelas condições da pesquisa científica e pelas necessidades do treinamento avançado. [...] (p. 164)

A ciência é uma construção social, ou seja, trata-se de um elemento cultural carregado de simbolismo, representações e disposições, tendo assumido nas sociedades contemporâneas a função e o poder legítimo de também promover o desenvolvimento social, cultural, econômico e tecnológico. Assim, a mesma foi “apropriada” por estruturas que congregam corpo de pesquisadores que são os formuladores das leis que regem o campo. No caso específico das ciências sociais na pós-graduação brasileira, Miceli (1995) afirma que os entes integrantes destas áreas (“mutuários”) foram “beneficiados” por políticas públicas que consolidaram um sistema composto por redes de financiamento:

[...] O feito primordial nesse âmbito constitui na criação de uma rede de agências públicas de apoio e financiamento à pesquisa que, por sua vez, acabaram viabilizando a conversão de alguns de seus mutuários, em especial os programas de pós-graduação e os centros privados de ponta mais as sociedades científicas, nos interlocutores institucionais da chamada ‘comunidade científica e tecnológica’ que por vezes não é outra coisa senão a metáfora designando o estado-maior dessa elite intelectual. Nessa direção, a história dos cientistas e das Ciências Sociais se traduziu na montagem das redes envolvendo as lideranças das agências e dos mutuários e os mecanismos decisórios e da avaliação que foram sendo constituídos ao longo dessas duas últimas décadas. A exemplo do que se passou com as chamadas ciências “duras”, os cientistas sociais também conseguiram garantir, numa proporção menor ajustada às dimensões da área, a continuidade dos fluxos de recursos através de alianças azeitadas entre os dirigentes burocráticos e as lideranças intelectuais dos diversos setores da produção científica. [...] (MICELI, 1995, p. 10)

O cenário no qual se desenrolou o campo científico brasileiro foi delineado por predicados meritocráticos, pois a valoração agregada ao produtor e ao produto da ciência, utilizando as palavras de Pierre Bourdieu, perpassa a “luta pelo monopólio da competência científica” em um campo onde o capital simbólico do dominante equivale à capacidade técnica e poder social (BOURDIEU, 1983, p. 122).

A meritocracia na pós-graduação brasileira está evidente não somente nas características do sistema de avaliação aplicado pela CAPES, mas também, nos critérios adotados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) na distribuição de recursos, que prioriza os pesquisadores, considerados produtivos, bem como os Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu* com conceito 5 ou superior. Porém, deve-se destacar que este critério logrado no mérito acadêmico que fundamenta a estrutura do campo da pós-graduação foi convencionado pelos próprios agentes do campo. Bourdieu (2004, p. 23) assinala que o *campo científico* é uma estrutura profundamente hierarquizada e pré-estabelecida:

[...] o que comanda os pontos de vista, o que comanda as intervenções científicas, os lugares de publicação, os temas que escolhemos, os objetos pelos quais nos interessamos, etc. é a estrutura das relações objetivas entre os diferentes agentes que são, para empregar ainda a metáfora ‘einsteiniana’, os princípios do campo. É a estrutura das relações objetivas entre os agentes que determina o que eles podem e não podem fazer. Ou, mais precisamente, é a posição que eles ocupam nessa estrutura que determina ou orienta, pelo menos negativamente, suas tomadas de posição. [...]

Seguindo ainda as concepções de Bourdieu, deve-se destacar que no campo científico as regras são estruturantes, ou seja, tendem a incorporar capital simbólico aos temas e metodologias científicas mais relevantes, aos periódicos com maior fator de impacto e a deliberar sobre um vasto e renovável “arsenal” de classificação e qualificação. O campo científico é uma arena onde as regras do jogo são reconhecidas e pactuadas pelos agentes que nele se relacionam, cabendo, acatá-las ou convencionar novas representações. Para Bourdieu (1983, p. 127):

[...] A luta pela autoridade científica, espécie particular de *capital social* que assegura um poder sobre os mecanismos constitutivos do campo e que pode ser reconvertido em outras espécies de capital, deve o essencial de suas características ao fato de que os produtores tendem, quanto maior for a autonomia do campo, a só ter como possíveis clientes seus próprios concorrentes. Isto significa que, num campo científico fortemente autônomo, um produtor particular só pode esperar o reconhecimento do valor de seus produtos (“reputação”, “prestígio”, “autoridade”, “competência” etc.) dos outros produtores que, sendo também seus concorrentes, são os menos inclinados a reconhecê-lo sem discussão ou exame. [...]

Esta breve imersão na obra de Pierre Bourdieu traz elementos para a reflexão de uma política que tem como “pano de fundo” os Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu* da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e sua malha docente, instigando o pesquisador a perscrutar os espaços de poder que consagram a ciência e pelos quais transitam uma vaidade

velada, bem como em menor grau, as interferências e demandas colocadas pela esfera social. O campo científico é um espaço relativamente isolado do macrocosmo social, mas esta certa autonomia não é plena, em determinados contextos surgem imposições do macrocosmo (BOURDIEU, 2004):

[...] Um dos grandes paradoxos dos campos científicos é que eles devem, em grande parte, sua autonomia ao fato de que são financiados pelo Estado, logo colocados numa relação de dependência de um tipo particular, com respeito a uma instância capaz de sustentar e de tornar possível uma produção que não está submetida à sanção imediata do mercado (como parêntese, as homologias são absolutamente evidentes com certo número de produções culturais, como a música ou a pintura de vanguarda). Esta dependência na independência (ou o inverso) não é destituída de ambigüidades, uma vez que o Estado que assegura as condições mínimas da autonomia também pode impor constrangimentos geradores de heteronomia e de se fazer de expressão ou de transmissor das pressões de forças econômicas. [...] (p. 55)

As teorias desenvolvidas por Bourdieu mostram que as estruturas sociais e seus grupos são formados por agentes que participam de um jogo de relações de poder que se legitima no instante em que há um consenso e quando os agentes do campo reconhecem (muitas vezes de forma inconsciente) o poder do dominante.

O campo da pós-graduação é um destes espaços onde os agentes do campo científico (pesquisadores, docentes e discentes) almejam inserir-se, mesmo ocupando posições hierarquicamente diferentes, pois o valor agregado ao campo da pós-graduação é uma construção social ligada a competência e ao reconhecimento.

Bourdieu (1983) ressalta que para analisar (numa perspectiva sociológica) o sentido da ciência, deve-se evitar o viés que tende atrelá-la univocamente à razão técnica (competência) que visa atender aos “apelos” sociais e políticos ou o viés da ciência pura (“desinteressada”), alimentada pelos “conflitos científicos” no interior do campo.

Neste sentido, as disposições da estrutura do campo científico e as estratégias utilizadas pelos agentes são engendradas levando-se em consideração às ponderações políticas e científicas:

[...] Não há ‘escolha’ científica – do campo da pesquisa, dos métodos empregados, do lugar de publicação; ou, ainda escolha entre uma publicação imediata de resultados parcialmente verificados e uma publicação tardia de resultados plenamente apurados – que não seja uma estratégia política de investimento objetivamente orientada para a maximização do lucro propriamente científico, isto é, a obtenção do reconhecimento dos pares-concorrentes.[...] (BOURDIEU, 1983, p. 126)

Essencialmente os fundamentos teóricos percorridos por Pierre Bourdieu na teoria dos campos serão os balizadores desta pesquisa que visa investigar os fatores internos e

externos ao *campo científico* que possivelmente estão “prejudicando” os Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu* da Universidade Estadual de Londrina (UEL) junto à avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Seguindo a teoria dos *campos* de Pierre Bourdieu (2004), refiro-me aos fatores internos do *campo científico* como o conjunto de representações condicionadas pelo capital simbólico, isto é, os dominantes do campo que ocupam as posições estratégicas, as instâncias onde são definidas as políticas de financiamento (das pesquisas científicas e da pós-graduação) e o sistema de avaliação da pós-graduação procuram estratificar a estrutura produtivo-acadêmica com normas e exigências para a manutenção das disposições e obstaculizar a ascensão de novos grupos com capital simbólico incipiente.

Cabe ressaltar que o capital simbólico é uma espécie de poder natural de construção da realidade ao dar sentido imediato ao mundo social e suas relações (BOURDIEU, 2011b), por isso, há uma tendência da aceitação das regras do jogo dentro de um conformismo consciente.

É preciso entender que o *campo científico* é uma estrutura que comporta agentes locais (da Universidade), regionais (do Estado), nacionais e internacionais (mercado internacional), portanto, é um campo de forças demasiadamente competitivo e que, invariavelmente, sofre influências de órgãos externos (campo político), principalmente, dos governos estadual e federal, já que a idéia de desenvolvimento econômico e social do país está intrinsecamente ligada a ciência.

Outro autor, Stephen J. Ball (2002) traz uma reflexão que reforça a concepção que envolve disputas no campo científico, o mesmo enfatiza que no mundo as instituições de ensino/pesquisa e seus docentes vivem há tempos um contexto onde impera a cultura da performance, um “sistema de terror” que supervaloriza o desempenho dos pesquisadores, colocando-os num ambiente de competição que induz grupos a privilegiar as representações que lhes parecem mais convenientes. Sustenta ainda, que esta estrutura em que os professores são medidos (pelo que produzem) e classificados, pode gerar “sentimentos individuais de orgulho, culpa, vergonha e inveja – eles têm uma dimensão (status) emocional, assim como racionalidade e objetividade”.

Assim, para que os objetivos sejam atingidos plenamente a pesquisa será desenvolvida para confirmar a hipótese de que os agentes que ocupam a posição dominante na hierarquia da estrutura do campo científico da pós-graduação *Stricto sensu* tendem, pelas normas engendradas por eles, a estratificar o campo, mantendo as disposições e o capital simbólico que sejam convenientes. Já que o corpo de consultores/avaliadores da CAPES,

detentores do maior capital intelectual no campo científico, são os agentes que definem os critérios de avaliação e de reconhecimento dos Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu*, bem como analisam o mérito dos pedidos/projetos de fomento enviados pelos diferentes grupos da estrutura (dominantes e dominados).

Segundo Bourdieu (2004), na teoria do campo, as posições são disputadas pelos agentes num jogo de poder, conflitos e forças, portanto, há uma perspectiva “lógica”, que será comprovada a partir da análise dos documentos de área (quesitos da avaliação), dos relatórios de reuniões das áreas, dos editais de fomento, das composições das áreas de avaliação e outros registros oficiais, que as exigências fixadas para o jogo, com grau de equivalência a um determinado capital simbólico, em grande parte, são alcançadas somente pelos dominantes, que se distinguem.

Assim, pretende-se evidenciar que o sistema de avaliação dos programas de pós-graduação (criado no ano de 1976) que prioriza e agrega valor (capital) a produção intelectual/científica com fator de impacto (padrão internacional), mostra-se, pelas condições constituídas historicamente, desfavoráveis aos grupos mais jovens. Isto porque os docentes/grupos de pesquisas de instituições novas, por não agregarem, ainda, capital científico relevante no campo, encontram dificuldades para se inserirem nos periódicos de projeção internacional, nas redes nacionais e internacionais de pesquisa, de se tornarem Pesquisadores Produtividade (PQ) - CNPq, enfim, estão distantes dos títulos, das honrarias e dos cargos estratégicos no campo científico.

Como o objetivo imediato é trazer à luz do conhecimento, os elementos que possam contribuir com a formulação de uma política de consolidação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da UEL, pensamos que o primeiro passo seja conhecer, com propriedade e zelo científico, o conjunto de representações sociais que legitimam o campo da pós-graduação, bem como identificar as estratégias possíveis para a Instituição frente à realidade em que está inserida, ou seja, nas dimensões do próprio campo, como de outros (principalmente o político).

Por mais que o campo da pós-graduação esteja disposto a manter a hierarquia da estrutura a partir de um modelo de capital simbólico, ainda assim, trata-se de um mundo de representações socialmente construído. Desta forma, é possível encontrar as “fissuras” para se alcançar novas disposições para a estrutura. Bourdieu, na obra *Homo academicus* (2011a, p. 35-36), sinaliza a possibilidade de variações do capital simbólico e de mudança de posição do agente no espaço do campo:

[...] Toda tomada de posição sobre o mundo social se ordena e se organiza a partir de uma determinada posição nesse mundo, isto é, do ponto de vista da conservação e do aumento do poder associado a essa posição. É por isso que, num universo que, como o campo universitário, depende na sua própria realidade da representação que têm os agentes, estes podem tirar partido da pluralidade dos princípios de hierarquização e do baixo grau de objetivação do capital simbólico para tentar impor sua visão e modificar, na medida do seu poder simbólico, sua posição no espaço modificando a representação que os outros (e eles mesmos) podem ter desta posição. [...]

Considerando que as relações de poder e o capital simbólico do campo científico são materializados em documentos institucionais, as técnicas de pesquisa empregadas foram: pesquisa bibliográfica e análises de documentos oficiais da pós-graduação, tanto da UEL (fichas de avaliação, regulamentos dos programas, resoluções, etc.) como dos diferentes órgãos interlocutores do campo específico (agência de fomento) e em especial a CAPES, que é o órgão responsável pela pós-graduação *stricto sensu* no Brasil.

A pesquisa usa fonte documental com análise qualitativa e quantitativa e pretende trazer no segundo capítulo, um estudo sumário da história da pós-graduação no Brasil e, especificamente, na UEL, que procurará abordar os fatores externos (internacionais) e internos que influenciaram o desenvolvimento do campo científico e da pós-graduação na esfera nacional e regional, principalmente, demonstrando como às universidades com capital científico menor ingressaram no campo da pós-graduação em condições desfavoráveis (condição de dominados), submetendo-se às regras condicionantes impostas pela estrutura do campo.

No terceiro capítulo, o propósito será compreender como a CAPES tornou-se o agente articulador das políticas públicas de pós-graduação, ou seja, como historicamente aglutinou força política e consumou a pós-graduação *stricto sensu* através da implantação de um sistema de avaliação e financiamento, que normatizou as relações do campo. A CAPES legitimou uma estrutura técnico-burocrática de forma articulada com o corpo de docentes-pesquisadores possuidores de maior capital intelectual dentro do campo da pós-graduação nacional (os detentores das condições simbólicas que os habilitam a fixarem as regras do jogo), definindo como principal regra balizadora a meritocracia, elemento de conversão do capital intelectual em capital econômico, ou melhor, em recursos financeiros para fomento a ciência.

O quarto capítulo traz propriamente um diagnóstico (estudo de caso) das condições dos Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu* da UEL frente às disposições impostas pelo campo da pós-graduação no processo de avaliação gerenciado pela CAPES e as

dificuldades encontradas por aqueles Programas de Pós-Graduação cujo capital simbólico não atinge os indicadores de produção científica considerados adequados pelos dominantes do campo, tanto no que se refere à performance (regularidade), quanto à qualidade (produção científica publicada em periódicos com fator de impacto ou naqueles indicados pelo sistema de classificação da CAPES, o Qualis). Neste capítulo pode ser encontrado de forma muito visível, como os critérios de avaliação da pós-graduação *stricto sensu* são dissimuladores, ou seja, procuram ocultar os interesses reais daqueles (dominantes) que fazem do conhecimento científico uma tradição desinteressada, própria de um campo que busca cada vez mais a autonomia.

Ainda no quarto capítulo haverá uma reflexão na qual serão abordados os efeitos decorrentes da incorporação por parte das instituições públicas de ensino superior, das disposições e representações defendidas pelas agências do Governo (CAPES e CNPq) que fundamentam suas políticas a partir da idéia de desenvolvimento na perspectiva do produtivismo acadêmico.

Observaremos que as novas gerações de professores-pesquisadores foram formadas pelos Programas de Pós-Graduação para reproduzirem e consumirem o sistema implantado pela CAPES. Estes profissionais com formação “atomizada”, nem sempre estão preparados para enfrentar situações de uma realidade que extrapole as dimensões da rotina científico-produtiva, pois os cursos de Mestrado e Doutorado, metaforicamente falando, são engrenagens articuladas para um determinado tipo de produto (artigos científicos, patentes, etc.).

Enfim, os professores-pesquisadores mais produtivos acreditam pela força da *illusio* (jogo) que são distintos e estão dispostos a sacrificarem momentos de lazer e de ócio para alcançarem os índices de produtividade impostos pelos dominantes do campo, para se tornarem referência na área de conhecimento que atuam.

Com referência ao conceito de *illusio*, desenvolvido por Bourdieu, Oliveira (2005, p. 540) traz a seguinte ilação:

[...] A *illusio* é um jogo social levado a sério – fantasia subjetiva coletivamente sancionada, calcada em uma metafísica da distinção, pois para ser o centro do mundo devemos ser reconhecidos como distintos, tendo algum valor, alguma honra e dignidade frente a nós mesmos e aos demais. As instituições, ou os campos, através dos atos da constituição de seus prêmios e de alvos estabelecidos, realizam um verdadeiro milagre: “eles conseguem fazer crer aos indivíduos consagrados que eles possuem uma justificação para existir, ou melhor, que sua existência serve para alguma coisa” (Bourdieu 1996d: 106). Proclamados como dignos de tal honraria e autorizados a receberem lauréis da glória estarão aqueles que melhor vivenciarem esse jogo

como algo sério, efetivo, aqueles que fantasiarem e experienciarem sua *illusio* em um grau de adesão e investimento libidinal o mais alto possível. [...]

Amparados no livro “*Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico*” (de Valdemar Sguissardi e João dos Reis Silva Júnior), Silva e Silva Junior (2010) abordam a intensificação do produtivismo acadêmico dentro de um processo de naturalização do trabalho para dissimular interesses pessoais. Neste contexto, os docentes-pesquisadores em sua dimensão subjetiva, são induzidos a reproduzir um sistema de movimento teleológico (justificado pelas causas finais) imposto pelo Estado. Para cumprir tal finalidade, os docentes-pesquisadores alimentam-se (alienam-se) do que os autores classificam de sociabilidade produtiva:

[...] sociabilidade produtiva, produtora e reprodutora de relações de trabalho com base em uma falsa solidariedade, na qual o coletivo é referido tão somente como elemento necessário para que os projetos individuais não sofram prejuízos, sendo o elemento grupal mero assessorio, por isso falso. [...] (SILVA; SILVA JÚNIOR, 2010, p. 228).

Assim, percebe-se que no campo da pós-graduação os agentes foram historicamente compelidos pelo *habitus* (disposições incorporadas) e pela *illusio* a se interessarem e acreditarem na competição intrínseca ao produtivismo acadêmico. Pois aos olhos daqueles que estão no jogo, parece-lhes que a opção mais sensata, racional e temporal, seja reproduzir a lógica consolidada pelas práticas e representações do campo.

## 2 BREVE HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DO CAMPO DA PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* NO BRASIL E NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

### 2.1 Breve história da Pós-graduação *Stricto sensu* no Brasil

Em meados do século XX o *campo científico* brasileiro era composto por um corpo docente que ainda não estava adaptado às demandas procedimentais dos sistemas de pós-graduação que dominavam o campo científico internacional, o que impossibilitou num curto espaço de tempo promover e impulsionar a pós-graduação. Portanto, a estratégia encontrada para incrementá-lo foi o intercâmbio, tanto enviando professores para se qualificarem no exterior (realizar cursos de mestrado e doutorado) como recebendo pesquisadores dos países da América do Norte e da Europa (CURY, 2005).

Santos (2003) destaca que o arquétipo condutor da ciência no Brasil pautou-se no ideário desenvolvimentista sustentado pelos “países adiantados”, sobretudo, dos Estados Unidos da América:

[...] A importação de teóricos e de teorias, esta ‘ciência da reprodução’, só foi implantada em razão da visão de modernização da intelectualidade orgânica da elite, que consistia em tentar reproduzir no Brasil marcas dos países ‘adiantados’, principalmente os EUA, no intuito de tornar o país subdesenvolvido o mais parecido com o país desenvolvido. [...] (SANTOS, 2003, p. 629)

Este contexto de idealização, que colocava de um lado os países desenvolvidos e, do outro, subdesenvolvidos, pressupondo distintos estágios de desenvolvimento do conhecimento entre as nações, permite interpretar que o capital intelectual que dispunha o Brasil até meados do século passado colocou-o na posição de país-dominado no campo científico internacional, obrigando-o a orientar-se pelo modelo “bem sucedido” dos países com capital predominante.

A condição de dominado no campo científico é justificada quando se volta o olhar para o passado colonial do Brasil, uma vez que os colonizadores, diferentemente das colônias espanholas, não criaram universidades em território brasileiro, usualmente os filhos das classes abastadas formavam-se em Portugal, na Universidade de Coimbra (OLIVEN, 2002). Assim, o Brasil, no período imperial, preocupou-se em criar cursos superiores com enfoque profissionalizante, contrapondo-se a formação universal preconizada pelas

Universidades, sendo que este pensamento predominou durante a República Velha – 1889 a 1930:

[...] A influência do ideário positivista, no grupo de oficiais que proclamou a república, foi um fator que contribuiu, sobremaneira, para o atraso na criação de universidades no Brasil. Como instituição medieval e adaptada às necessidades do Velho Continente, a universidade era considerada, pelos líderes políticos da Primeira República (1889-1930), uma instituição ultrapassada e anacrônica para as necessidades do Novo Mundo. Em função disso, eram francamente favoráveis à criação de cursos laicos de orientação técnica profissionalizante. [...] (OLIVEN, 2002, p. 33)

Foi somente a partir do governo de Getúlio Vargas, iniciado em 1930, com o advento do Estado Novo (nova república), que o poder público federal passou a despender maior atenção à organização do ensino superior, sobretudo, com a criação do Ministério de Educação e Saúde e a publicação do Estatuto das Universidades Brasileiras<sup>2</sup> (OLIVEN, 2002).

Uma característica elementar, que rascunha o perfil acadêmico das primeiras universidades brasileiras, foi a pré-disposição em direcionar e objetivar os esforços para o ensino, relegando ao segundo plano a sistematização das atividades de pesquisa. No entanto, a partir de 1960 houve um movimento dos agentes do campo universitário pela reforma do ensino superior, ou seja, as universidades deveriam transpor seus muros e superar o formato elitista de reprodução do ensino, para um sistema moderno que integrasse e primasse pela pesquisa. Este movimento culminou na reforma universitária, instituída pelo Congresso Nacional, no ano de 1968, pela Lei nº 5540/68, cujas diretrizes visavam avivar as atividades de pesquisa e pós-graduação. Oliven (2002) faz o seguinte destaque:

[...] Ao estabelecer a indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão, o regime de tempo integral e a dedicação exclusiva dos professores, valorizando sua titulação e a produção científica, essa Reforma possibilitou a profissionalização dos docentes e criou as condições propícias para o desenvolvimento tanto da pós-graduação como das atividades de pesquisa no país. [...] (OLIVEN, 2002, p. 39)

Bourdieu (2004) destaca que o campo científico é um mundo social, portanto, não está livre das interferências e intercorrências da esfera global, ou seja, replicando o referido pensamento para o campo científico brasileiro, mais especificamente, para o campo da pós-graduação, observa-se que o Brasil ingressou no campo sem autonomia alguma, foi

---

<sup>2</sup> A Universidade do Rio de Janeiro foi a primeira criada no Brasil, no ano de 1920, através do Decreto nº 14.343. (OLIVE, 2002)

levado a orientar-se por padrões internacionais, tanto na organização dos Programas de Pós-Graduação, quanto na produção intelectual.

A “subserviência“ do Brasil foi determinada pelo capital de crédito científico que os pesquisadores brasileiros possuíam naquele momento, quando confrontados com aqueles dos países ditos “desenvolvidos”. Bourdieu (2004) assinala que “manipular” o campo científico é uma missão quase impossível, principalmente para aqueles com capital simbólico limitado:

[...] é preciso, primeiramente, lembrar que nada é mais difícil e até mesmo é impossível de ‘manipular’ do que um campo. É preciso dizer, por outro lado, que, por muito versado que possa ser na ‘gestão de redes’ (com que tanto se preocupam aqueles que julgam servir-se de sua ‘ciência’ da ciência para promover suas teorias da ciência e afirmar seu poder de especialistas no mundo da ciência), as oportunidades que um agente singular tem de submeter as forças do campo aos seus desejos são proporcionais à sua força sobre o campo, isto é, ao seu capital de crédito científico ou, mais precisamente, à sua posição na estrutura da distribuição do capital. [...] (BOURDIEU, 2004, p. 25).

Para Santos (2003, p. 630) a dependência científico-cultural é um dos aspectos que marcaram a história da pós-graduação brasileira, principalmente, no que se refere à exigência da internacionalização das publicações e os currículos compostos conforme o modelo norte-americano, “que compreendia o *major* (área de concentração) e o *minor* (matérias conexas)”.

A pós-graduação surgiu como campo legitimado pelo Estado e incumbida da responsabilidade de promover o progresso da ciência e da tecnologia por meio da qualificação/capacitação dos quadros internos, que dariam, em contrapartida, os meios para o desenvolvimento da economia e da sociedade.

Para tanto, este campo foi se consubstanciando tendo como parâmetro, diretrizes internacionais para sua estrutura, o que explica as atuais características do sistema nacional de pós-graduação, que preconiza e utiliza, na avaliação dos Programas de Pós-Graduação (criação e avaliação trienal) indicadores e medidas determinadas pelo padrão internacional, que nem sempre são tangíveis por todas as áreas de conhecimento. Há um exemplo pertinente destacado por Santos (2003, p. 631):

[...] A internacionalização das publicações é um padrão totalmente adequado aos trabalhos nas áreas de Ciências Exatas e Biológicas, cujos temas não estão, necessariamente, circunscritos a um espaço geográfico, cultural e histórico. A publicação em periódicos internacionais e de trabalhos na área de Ciências Humanas é algo muito mais difícil e improvável. Como tornar viável a publicação internacional de um trabalho sobre os índios *caiapós* ou sobre o movimento dos *sem-terra no Pontal do Paranapanema*? Há,

efetivamente, interesse das editoras estrangeiras por esses temas?  
[...]

Neste momento, excetuando a dependência científico-cultural com o exterior, cabe ressaltar que o campo científico no Brasil desenvolveu-se seguindo certa tendência específica, ou seja, a busca de autonomia econômica e política, pela conversão das duas “espécies de capital científico”, que Bourdieu (2004) define como “poder temporal” (político) e “poder específico” (reconhecimento científico do agente ou da instituição).

Bourdieu (op. cit., p. 34), de forma incisiva, demonstra que o desenvolvimento da ciência somente se efetiva com custo econômico, portanto, requer investimentos: “*A atividade científica implica um custo econômico, e o grau de autonomia de uma ciência depende, por sua vez, do grau de necessidade de recursos econômicos que ela exige para se concretizar*”.

Mais adiante, Bourdieu (op. cit., p. 41), menciona que as duas espécies de capital científico: temporal (político) e o específico (prestígio pessoal / reconhecimento dos pares), que co-existem no campo científico, funcionam como princípios de dominação, portanto, nas disciplinas ou áreas de conhecimento que dispõem de pouca autonomia, tendem as forças temporais (políticas) ocuparem posições ou, nas palavras de Bourdieu, “*os postos, as subvenções, os contratos etc, que permitem à pequena oligarquia dos que permanecem nas comissões manter suas clientelas.*”

Quando Bourdieu (2004) demarca a existência de uma competição entre as duas espécies de capital científico, seu propósito é evidenciar que os conflitos intelectuais possuem dimensões internas e externas ao campo, justificando muitas vezes, determinada estratégia de um erudito que não tem poder temporal (político):

[...] Toda estratégia de um erudito comporta, ao mesmo tempo, uma dimensão política (específica) e uma dimensão científica, a explicação deve sempre levar em conta, simultaneamente, esses dois aspectos. Entretanto, o peso relativo de um e de outro varia muito segundo o campo e a posição no campo: quanto mais é a defasagem entre a estrutura de distribuição no campo dos poderes não-específicos (políticos); por um lado, e por outro, a estrutura da distribuição dos poderes específicos – o reconhecimento, o prestígio científico. [...] (BOURDIEU, 2004 p. 41 e 42).

Foi a partir de 1950 que houve maior incentivo financeiro do Estado (Governo Federal), foram criados no ano de 1951, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq e a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES (vinculada ao Ministério da Educação e Saúde). Com isso, foi possível

ampliar o número de pesquisadores, promover o intercâmbio de docentes para o exterior e intensificar, propriamente, as atividades de pós-graduação em território nacional (CURY, 2005).

No Brasil a pós-graduação foi concebida e efetivada (para atender os interesses e as disposições do projeto desenvolvimentista do grupo político que ocupava o poder executivo federal) como uma estrutura que congregava a elite de pensadores, cuja missão era prover instrumentos e conhecimentos orientados pelos princípios da pesquisa científica, capazes de promover o desenvolvimento econômico-social de um país que passava por um acelerado processo de urbanização e industrialização, decorrentes da “marcha” do sistema capitalista.

Na obra (volume) comemorativa aos 50 (cinquenta) anos da CAPES, organizado pelas professoras da Fundação Getúlio Vargas (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil), Marieta de Moraes Ferreira e Regina da Luz Moreira (Capes, 50 anos, 2002), encontra-se um trabalho historiográfico, com fontes orais, cujos depoimentos de pessoas que estiveram ligadas à cúpula dirigente do referido órgão, narram experiências pessoais na trajetória da CAPES e o seu papel na articulação de políticas públicas para a pós-graduação, desde o contexto do projeto de desenvolvimento econômico-social, capitaneado com maior ênfase a partir do segundo governo de Getúlio Vargas, até os tempos contemporâneos.

A referida obra traz como primeiro depoimento o do Sr. Almir Godofredo de Almeida e Castro, que no início da CAPES, ocupou o cargo de diretor-executivo. Merece destaque este depoimento, pelo fato de denotar a premissa de um Estado que legitimou a ciência como elemento de interesse do bem comum, ou seja, seu caráter público incorporou a ideologia de institucionalização da produção do conhecimento em centros de ensino e pesquisa no país:

[...] Desde minha ida para a Capes procuramos trabalhar no sentido, primeiro, dos cursos de pós-graduação. Na verdade, essa questão também começou de uma maneira um pouco selvagem, porque na minha opinião, uma das maneiras de fazer uma coisa boa é começar sem muita disciplina. Decidimos nos dedicar ao treinamento no país, em contrapartida aos clássicos ‘aperfeiçoamento no exterior’, que acarretavam uma série de problemas, entre os quais o *dépaysement* das pessoas que ficavam três ou quatro anos perseguindo o doutorado e, quando voltavam, não encontravam campo para desenvolver a área específica em que foram estudar.

Na CAPES decidimos aproveitar os grandes centros nacionais, daí as expressões ‘centro de excelência’ e ‘ilha de excelência’, criação nossa. [...] (Capes, 50 anos, 2002, p. 33 e 34).

Em artigo publicado na Revista Brasileira de Pós-Graduação, em julho de 2012, o Prof. Fernando César Ferreira Gouvêa, contextualiza a pós-graduação no período de 1951 a 1961, como um processo de institucionalização centralizado no aparato do Estado (governo federal), tendo a CAPES<sup>3</sup> (que foi criada no ano de 1950 com a denominação: Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), como o “braço direito” do Ministério da Educação e sendo o órgão responsável pela política nacional de pós-graduação.

A pesquisa de Gouvêa (2012) evidencia que a implantação do Estado capitalista no Brasil traz algumas peculiaridades, mas o que chama atenção é o seu aspecto contraditório:

[...] O Estado capitalista Brasileiro deteve uma natureza modernizante, que se expressou de forma contraditória: a centralização da vida política e econômica e a disciplina submetida aos fatores produtivos nas mãos de uma ação estatal intervencionista conviveram com um caráter conservador presente no sistema político, a ser constantemente intermediado por fortes ideologias de Estado (populismo, desenvolvimentismo, nacionalismo). [...] (GOUVÊA, 2012, p. 376).

As quatro primeiras décadas do século XX demonstraram que este Brasil de contradições dispunha de um sistema de ensino superior incapaz, ou melhor, prematuro no campo da pesquisa, para atender às novas demandas tecnológicas, tão imprescindíveis para o desenvolvimento econômico e social do país.

Este preâmbulo que se apresentava inadequado às vicissitudes preconizadas pelo projeto desenvolvimentista deveria ser superado, para tanto, houve a sinergia de setores do governo que canalizaram esforços para a reforma do modelo universitário vigente. No entanto, Gouvêa (2012) destaca que o orçamento que a CAPES possuía era insuficiente para a consecução da missão idealizada (expansão da pós-graduação):

[...] a CAPES sempre teve um orçamento aquém das suas necessidades, fato plenamente comprovado pelos balanços apresentados nos relatórios de atividades da instituição. A ausência de verbas suficientes gerou uma dificuldade de implementar as políticas idealizadas e, conseqüentemente, tornou ainda mais complexa a missão da Capes em um momento histórico e econômico que exigia respostas

---

<sup>3</sup> Foi o Decreto Nº 29.741, de 11/07/1951, que instituiu a CAPES – Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, que teve como seu primeiro secretário geral o Prof. Anísio Teixeira, designado à época pelo Ministro da Educação e da Saúde, o Sr. Ernesto Simões Filho. A CAPES era composta por uma Comissão (presidida pelo Ministro da Educação) com representantes dos seguintes órgãos: Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), Fundação Getúlio Vargas, Banco do Brasil, Comissão Nacional de Assistência Técnica, Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Confederação Nacional da Indústria, Confederação Nacional do Comércio e um representante do Ministério da Educação. (GOUVÊA, 2012, p. 379).

rápidas e eficientes às novas demandas criadas. [...] (GOUVÊA, 2012, p. 381)

De fato, o cenário econômico do Brasil (destacado por Gouvêa) da fase embrionária da pós-graduação não era favorável às políticas públicas de grande impacto, nota-se que os recursos financeiros mostravam-se insuficientes. O depoimento do Sr. Almir Godofredo de Almeida e Castro (Capes, 50 anos, 2002), referenciado anteriormente, ratifica a conjuntura dos tímidos investimentos na pós-graduação<sup>4</sup>.

A partir de 1964 a CAPES passou por um processo de reformulação, o que permitiu viabilizar empréstimos junto a Fundação Ford, ao Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD), Conselho Britânico, entre outros. O contexto político-econômico inaugurado pelo governo militar colocou a pós-graduação como área estratégica no desenvolvimento do país, para tanto, o Ministério da Educação incumbiu o Conselho Federal de Educação da missão de regulamentar os cursos de pós-graduação e, no ano seguinte, foi aprovado pelo referido conselho, o Parecer CFE N° 977/65, de autoria do relator Newton Sucupira.

No artigo, “*A formação do sistema nacional de pós-graduação*”, de autoria de Carlos Benedito Martins (MARTINS, 2002), está demonstrada a influência do poder central (Ministério da Educação) no destino da pós-graduação ao recomendar algumas diretrizes para a regulamentação encomendada ao Conselho Federal de Educação, o referido autor escreve o seguinte:

[...] O aviso ministerial assinalava que a pós-graduação deveria servir para garantir a elevação dos níveis de qualidade das instituições de ensino já existentes e para atender à possível expansão quantitativa do ensino de terceiro grau, que efetivamente veio ocorrer nos anos seguintes. Deve-se assinalar também que o Ministro da Educação manifestava claramente a sua preferência pela pós-graduação realizada em dois ciclos sucessivos, equivalentes aos graus de *Master e Doctor*, de acordo com o sistema de pós-graduação americana. [...] (MARTINS, 2002, p. 71)

No esteio da regulamentação da pós-graduação, o parecer do Conselho Federal de Educação, Parecer CFE N° 977 de 03/12/1965, é considerado o principal documento da

---

<sup>4</sup> Veja a resposta do Sr. Almir Castro para a pergunta: “Uma das principais atividades da CAPES é a oferta de bolsas de estudo ou auxílio financeiro a bolsistas de outras agências financiadoras. Isto acontecia desde o início da história da instituição?: “Sim. Apesar dos recursos reduzidos, a Capes sempre ofereceu bolsas de estudo no exterior e auxiliou na compra de passagens, por exemplo, para pesquisadores que não possuíam bolsa integral de outras instituições. Anualmente, cerca de 120 pessoas eram contempladas com auxílio e bolsas no estrangeiro; nunca pudemos oferecer mais de 20 bolsas integrais para o exterior, não havia recursos”. (Capes, 50 anos, 2002, p. 38)

fase inicial da pós-graduação brasileira, nele fica evidente a forte influência do modelo Norte Americano e Europeu. Isso explica porque nossa pós-graduação foi articulada seguindo os padrões internacionais, crivados de competitividade.

O referido parecer não só discute a definição, níveis e finalidades da pós-graduação, mas principalmente, dota a universidade e o campo científico de um poder simbólico ainda maior. Neste preâmbulo a pós-graduação passou a ocupar a posição de dominante na estrutura do campo, legitimada pela missão que lhe fora atribuída, ou seja, a produção de conhecimento específico que resultaria no desenvolvimento científico e tecnológico do país. Sustenta o Parecer CFE No. 977/65: [...] A pós-graduação torna-se, assim, na universidade moderna, cúpula dos estudos, sistema especial de cursos exigido pelas condições da pesquisa científica e pelas necessidades do treinamento avançado. [...]

Ainda como parte do processo de implantação do sistema de pós-graduação há outros acontecimentos que contribuíram com o seu adensamento, um deles, já mencionado anteriormente, foi a Reforma Universitária deflagrada com a Lei nº 5.540/68, pois o grupo de trabalho que a desenvolveu foi taxativo em sinalizar a necessidade de uma política nacional de pós-graduação conduzida pelo poder central; outra ação planejada foram os PNPGs - Planos Nacionais de Pós-Graduação e sua relação com a CAPES (MARTINS, 2002).

Com relação aos PNPGs, deve-se destacar que sua elaboração e implementação estiveram e estão incondicionalmente ligados a institucionalização e fortalecimento da CAPES, desde o I PNPG (1975-1979), quando a CAPES foi transferida para Brasília. Pois a pós-graduação tornou-se o produto e o produtor do conhecimento, campo reconhecidamente capaz de materializar as condições para o desenvolvimento da sociedade nas diferentes esferas (econômica, tecnológica, social, política, cultural, etc.).

Diante dos fatos apontados até aqui, sugere-se que houve a aceitação e subordinação, não sabemos até que ponto consciente, dos setores da sociedade envolvidos na consolidação do campo da pós-graduação, tal qual são incutidos os sistemas simbólicos no ideário da coletividade, pois são dispostos por meio de um poder (“instrumentos de conhecimento e comunicação”), diria “inebriante”, na produção da realidade. Nesse sentido, Bourdieu (2011 b, p. 9) observa:

[...] O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo que Durkheim chama o conformismo lógico, quer dizer ‘uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências’. [...]

A pesquisa do sociólogo Sergio Miceli (1995b), que analisa a atuação da Fundação Ford no desenvolvimento da área de ciências sociais no Brasil, principalmente, com o programa de investimento financeiro que possibilitou a consolidação dos programas de pós-graduação no Brasil, sobretudo na Universidade de São Paulo (USP), é oportuna e merece certa reflexão.

Para Miceli (op. cit.) a experiência da Fundação Ford no Brasil (com escritório no Rio de Janeiro a partir de 1961) não foi motivada somente por um único propósito; envolveu aspectos políticos e econômicos (orientação político-econômica norte-americana embasada nas teorias desenvolvimentistas e anti-comunistas) e de ordem doutrinária (político-cultural), por se tratar de uma fundação privada: “orientada por objetivos de política cultural, como a expansão da capacidade institucional dos sistemas de produção intelectual, científica e acadêmica dos países atendidos” (p. 347).

Uma característica assinalada por Miceli (1995b) faz referência a estratégia adotada pela Fundação Ford no formato das suas ações, que se efetivou pelo diagnóstico das fragilidades da sociedade brasileira e pelo impasse em investir na “formação de quadros técnicos para o desenvolvimento e as carências urgentes de milhões de analfabetos” (p.347).

Na América latina houve uma peculiaridade, a Fundação Ford não estreitou o relacionamento com órgãos governamentais, já que os países possuíam uma estrutura de estado muito prolixa, optou-se em investir diretamente nas instituições onde havia grupos de intelectuais aptos a produzir conhecimento aprofundado (MICELI, 1995b, p.349):

[...] A despeito da inequívoca preferência de alguns dos principais dirigentes da organização por estreitar contatos com órgãos e altos escalões governamentais, tal aproximação raramente se tornou uma influência perceptível sobre os processos decisórios nas áreas sensíveis de política econômica. A densidade institucional do aparato governamental nos principais países da região acabou dificultando essa modalidade de colaboração, tornando a Fundação Ford patrocinadora por excelência de instituições produtoras de conhecimento especializado. [...]

Na fase inaugural a Fundação Ford priorizou áreas como economia, administração, ciências naturais e engenharia, mas merece especial destaque, o tratamento dado à área de ciências sociais, vista com prioridade máxima. Isto porque a Fundação conjugava como princípios doutrinários: “crescimento econômico, avanço tecnológico e competência gerencial”, tendo adotado as ciências sociais como o instrumento de operacionalização das políticas governamentais (segundo Miceli, um tipo de “engenharia social”). A documentação consultada por Miceli durante a realização da pesquisa traz

expressões diretivas quanto ao plano de ação da Fundação Ford, umas delas faz referência “a criação de competência” e a outra à “produção de idéias”:

[...] Evidencia-se, assim, mesmo ao nível do elenco de doutrinas em que se apóiam as práticas de financiamento e intervenção junto aos mutuários, a persistente oscilação entre metas de longo prazo sob a rubrica abrangente de capacitação institucional (infra-estrutura física, equipamentos, treinamento de pessoal científico, etc.) e objetivos formulados no calor da hora, premidos pelas circunstâncias mutantes da conjuntura política e pelas necessidades dos clientes e dos interlocutores. [...] (MICELI, 1995b, p. 374).

Em termos de volume de investimento da Fundação Ford, o ano de 1970, é o mais simbólico, justamente por ter destinado ao programa brasileiro a “generosa” cifra orçamentária de 3.271 milhões de dólares (MICELI, 1995b, p. 380), em detrimento a conjuntura econômica menos favorável dos anos que se seguem de 1978 a 1981, quando o orçamento não passou dos 500 milhões. Miceli (1995b) destaca que desta “carcaça terrivelmente magra”, os cientistas sociais ainda foram o grupo que lograram a maior parte.

As evidências mais acabadas que demonstram a proporção da influência da Fundação Ford na consolidação e institucionalização das ciências sociais no Brasil, é a relação de mutuários de épocas mais recentes, entre eles:

[...] os núcleos de pesquisa e ensino sediados nas universidades, através dos quais decerto se tentou aliar o treinamento acadêmico qualificado à exploração de veios temáticos ancorados em problemas sociais prementes, ou então, onde se procurou aliar a pesquisa especializada a esforços militantes no campo dos direitos humanos. Todos esses empreendimentos – a saber, o Núcleo de Estudos do Ensino Superior (USP), o Núcleo de Estudos da Violência (USP), o Laboratório de Pesquisa Social (UFRJ), o Departamento de Economia (PUC/RJ), o Centro Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos (UFRJ) e o Programa de Pós-Doutorado em Relações Internacionais na Universidade de São Paulo – se desenvolveram no interior das universidades, revelando-se assim o intento suplementar de garantir estabilidade institucional num ambiente potencialmente resistente e hostil à inovação. [...] (MICELI, 1995b, p. 383)

Antes propriamente de finalizar esta breve incursão no passado da pós-graduação em terras brasileiras, gostaríamos de antecipar e enumerar, haja vista, que no próximo capítulo será abordado mais detalhadamente, os fatores que possibilitaram a consumação do campo da pós-graduação pela CAPES, são eles: sistema de avaliação dos Programas de pós-graduação construído com a participação dos agentes do campo científico; sistema de informação; e critérios para financiamento ligados aos resultados da avaliação, ou seja, pelos conceitos que qualificam e classificam os programas no sistema nacional de pós-graduação.

Dentre as regras convencionadas pelo campo científico para estruturar e definir sua hierarquia, a produção intelectual é o elemento dotado de maior valor simbólico, pois é o fator de diferenciação entre os agentes e o critério determinante utilizado pelo sistema de avaliação da pós-graduação para classificar os Programas de Pós-Graduação.

Oliven (2002) resume que a pós-graduação no Brasil foi o resultado dos seguintes fatores:

[...] a) a valorização de recursos humanos de alto nível, principalmente, nas áreas técnicas, visando à implantação do projeto de modernização conservadora sustentado pelos governos militares;

b) liberação de verbas para o desenvolvimento de programas de pós-graduação *strictu sensu* no Brasil. Num primeiro momento, as bolsas de mestrado e doutorado destinavam-se a formar docentes pesquisadores no exterior e, mais tarde, para estudantes de pós-graduação em programas nacionais;

c) a atuação de agências de fomento ao desenvolvimento científico: a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior, voltada à formação do magistério de nível superior, e o CNPq (Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento), voltado ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, ambos criados em 1951;

d) a escolha das universidades públicas, como locus principal das atividades de pesquisa, até então incipientes no país.

e) a autonomia administrativa dos programas de mestrado e doutorado.

f) o processo de avaliação sistemático dos cursos de mestrado e doutorado, iniciado pela CAPES, em 1972, que serviu de orientação às suas políticas;

g) criação de inúmeras associações nacionais de pesquisa e pós-graduação em vários ramos do conhecimento. [...] (OLIVEN, 2002, p. 40-41).

Enfim, a trajetória da pós-graduação passou por diferentes fases e, certamente, a institucionalização orquestrada por meio de políticas públicas centralizadas em órgãos do governo federal, é a maior marca da sua história. O campo científico da pós-graduação é uma estrutura profundamente hierarquizada, com agentes, regras de competição e capital bem definidos (assim como demanda a teoria do campo de Pierre Bourdieu), envolvendo de um lado os Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu* e seu corpo docente, e do outro, a estrutura administrativa-política da CAPES, que congrega, também, pesquisadores reconhecidos do meio acadêmico, responsáveis em grande parte pelas políticas da pós-graduação.

## 2.2 Breve história da Pós-graduação *Stricto sensu* na Universidade Estadual de Londrina

Primeiramente, faz-se necessário esclarecer que os registros históricos referentes à pós-graduação na Universidade Estadual de Londrina não estão compilados, tão pouco organizados e armazenados em um único local ou repositório. Desta forma, procurou-se na presente pesquisa resgatar e narrar a história na perspectiva da micro-história<sup>5</sup>, ou seja, reconstruir o passado a partir da análise de fontes e “fragmentos” documentais específicos, ou seja, produzidos pela UEL e disponíveis na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PROPPG da UEL, que fazem referência a sua pós-graduação, mais especificamente, aos programas de pós-graduação *stricto sensu*.

Portanto, a documentação selecionada foi composta por atos administrativos publicados pela instituição (resoluções), catálogos dos cursos de pós-graduação, projetos de credenciamento e renovação de credenciamento de Curso de Mestrado e outros registros oficiais (como levantamentos disponíveis na PROPPG).

A Universidade Estadual de Londrina (UEL) foi criada pelo Decreto nº 18.110, de 28 de janeiro de 1970, a partir da fusão de cinco Faculdades. O projeto inicial agregou em Departamentos, os vários professores e disciplinas dos Cursos ofertados na época em Departamentos com áreas afins, dentro do sistema de créditos então vigente. Os Departamentos afins, por sua vez, foram reunidos em Centros de Estudos. Iniciou suas atividades com um total de 13 (treze) cursos de graduação: História, Geografia, Letras Anglo-Portuguesas e Letras Franco-Portuguesas, Pedagogia, Ciências (1º Grau), Direito, Odontologia, Medicina, Farmácia e Bioquímica, Ciências Biomédicas, Ciências Econômicas e Administração. (UEL/PLANO DIRETOR 2010/2015).

Em 1987 foi implantado o ensino gratuito no nível de graduação, sendo transformada em Autarquia pela Lei Estadual 9.663 de 16/07/91. Como autarquia a UEL tem autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial em política educacional, mas é dependente financeiramente do Governo Estadual, de onde se origina a maior parte dos recursos que asseguram sua operação e manutenção. (UEL/PLANO DIRETOR 2010/2015).

A experiência da UEL com as atividades de pós-graduação, respeitadas as proporções, não foi um acontecimento planejado, caracterizou-se muito mais como o

---

<sup>5</sup> Aqueles que desejam aprofundar-se no conceito da micro-história poderá recorrer a seguinte obra: VAINFAS, Ronaldo. **Os protagonistas anônimos da história**. São Paulo: Campus, 2002.

resultado de uma demanda induzida pelos setores externos à instituição, pois o período embrionário da pós-graduação no Brasil foi um projeto estimulado pelo governo federal que enxergava neste nível de formação o grande passo para o desenvolvimento do país.

Já nos anos iniciais da UEL surgiram os primeiros grupos de pesquisadores com qualificação científica para ingressar no campo da pós-graduação, tanto é que os primeiros cursos foram implantados na década de 1970. Porém, deve-se ressaltar que foi somente no ano de 1989 que a UEL elaborou e publicou a primeira resolução que “*estabeleceu a política de pós-graduação da Universidade Estadual de Londrina*” (Resolução Nº 1368/89), cujo teor está intrinsecamente ligado às diretrizes prescritas pelas políticas nacionais para o desenvolvimento científico e tecnológico.

A referida resolução tem trechos que externam o ideário e as representações da época em torno de uma ciência aprofundada e aplicada, estandardizada na pós-graduação, bem como o alinhamento da instituição com o plano nacional de pós-graduação. Neste preâmbulo o documento revestiu a UEL das responsabilidades reiteradamente direcionadas pela política nacional:

[...] O III Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) do Ministério da Educação (1986) adotou como princípio, que a Universidade é o local privilegiado para a formação e o aperfeiçoamento cultural, científico e profissional do pessoal de nível superior, por meio da pós-graduação. O desenvolvimento científico e tecnológico depende do fortalecimento da Universidade como um todo e da pós-graduação como atividade indissociável da pesquisa. [...] (Resolução Nº 1368/89, p. 01)

Como assinalado acima, na década de 70 a UEL efetivamente iniciou sua experiência com a pós-graduação, no ano de 1976 surge o Mestrado em Ciências de Alimentos e em 1978 o Mestrado em Direito das Relações Sociais.

Nota-se que uma aguda cultura academicista que disseminou as pujanças da pós-graduação também estimulou determinadas ações no âmbito da universidade, pois no *Catálogo Geral da Pós-Graduação*, publicado pela UEL no ano de 1979 (cujo raro exemplar pode ser encontrado na PROPPG da UEL), há elementos que expressam o esforço institucional à época no sentido de divulgar a organização dos cursos de pós-graduação, bem como a estrutura regulamentada para o controle acadêmico e administrativo.

O campo da pós-graduação teve sua representação social construída pelo discurso que associou o espaço institucional e acadêmico das universidades a capacidade de produzir conhecimento especializado para promover o desenvolvimento da nação, forma de poder proveniente do capital científico acumulado em proporções relativas entre agentes que

compartilhavam dos mesmos propósitos. A análise sociológica de Bourdieu sobre o *espaço social* parece teorizar bem a formação do campo:

[...] Num primeiro tempo, a sociologia apresenta-se como uma *topologia social*. Pode-se assim representar o mundo social em forma de um espaço (a várias dimensões) construído na base de princípios de diferenciação ou de distribuição construídos pelo conjunto de propriedades que actuam no universo social considerado, quer dizer, apropriadas a conferir, ao detentor delas força ou poder neste universo. Os agentes e grupos de agentes são assim definidos pelas suas *posições relativas* neste espaço. Cada um deles está acantonado numa posição ou numa classe precisa de posições vizinhas, quer dizer, numa região determinada do espaço, e não se pode ocupar realmente duas regiões opostas do espaço – mesmo que tal seja concebível. Na medida em que as propriedades tidas em consideração para se construir este espaço são propriedades actuantes, ele pode ser descrito também como campo de forças, quer dizer, como um conjunto de relações de forças objectivas impostas a todos os que entrem nesse campo [...] (BOURDIEU, 2011b, p. 133-134).

Ao abordar o conceito de espaço social, Bourdieu remete-nos a concepção de campo, pois bem, trata-se de uma abordagem sociológica que analisa as relações e representações sociais a partir de um conjunto de propriedades (disposições) que congrega agentes que partilham dos mesmos interesses e que se relacionam e se hierarquizam “respeitando” determinados códigos pré-dispostos. O espaço social comporta ainda relações de poderes medidos e classificados pelo capital que cada agente dispõe no momento do jogo.

Evidentemente, as condições materiais instaladas (infra-estrutura) e de recursos humanos de uma Universidade estadual localizada geograficamente numa região de recente urbanização e de base econômica agrária, não se equiparava à realidade das Universidades de maior porte, situadas nos grandes centros (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais), que dispunham naquele momento de conjuntura econômica, política e de disposições adequadas ao desenvolvimento do conhecimento científico.

Diante dos fatos expostos, ou seja, de um contexto pouco favorável, é possível entender porque a UEL no final da década de 70 (ano de 1979), somava somente 265 (duzentos e sessenta e cinco) alunos de pós-graduação, distribuídos em 3 (três) Cursos de Mestrado e 7 (sete) especializações (FUEL/Catálogo de Pós-Graduação, 1979).

Quanto ao primeiro curso de mestrado credenciado pela CAPES, Mestrado em Ciência de Alimentos, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UEL dispõe de um exemplar do documento denominado: “*Trabalho submetido para credenciamento junto ao Conselho Nacional de Pós-Graduação*”, com 243 páginas, produzido no final da segunda metade da década de 70 (ano de 1978), que traz variados elementos históricos da pós-graduação no período.

Seguindo a lógica da teoria do campo - das diferenças conjunturais/estruturais - que classifica as Universidades a partir do grau de reconhecimento representado pelo capital científico (simbólico) do seu corpo docente, na UEL, também existiam variações entre grupos e espécies de capital acumulado, sendo que a concessão do “passaporte” para ingresso no campo da pós-graduação era para poucos. Neste preâmbulo, um grupo de professores do Departamento de Química da UEL, conseguiu se organizar e incorporar o *habitus*<sup>6</sup> adequado para o campo da pós-graduação, correlacionando à capacidade científica com características econômicas da região (agrária), com o Plano Nacional de Pós-Graduação e com o II Plano Brasileiro de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

O documento referente ao pedido de credenciamento do Mestrado em Ciências de Alimentos (UEL/1978), faz referência à titulação dos professores do Departamento de Química e dos demais participantes, destacando que: [...] Em termos de Recursos Humanos, talvez fosse o único Departamento da UEL, que dispunha de um grupo de professores capacitados e de alto nível, sendo que aqueles que participariam do mestrado, já possuíam todos o Regime de Trabalho TIDE [...] (UEL/1978, p. 9).

Mais adiante, o que chama atenção no referido documento, é a preocupação sintomática em demonstrar o potencial do corpo docente do Mestrado em Ciências de Alimentos no quesito produção docente:

[...] Quanto ao corpo docente, pode-se concluir que se trata de um grupo de jovens dinâmicos/intelectuais, com idades na faixa etária dos trinta anos, podendo antever um futuro próximo bastante produtivo, sobretudo se considerar que, calculada segundo o critério quantitativo [...] (UEL/1978, p. 9)

A institucionalização da pós-graduação na UEL também ocorreu, em grande parte, com a criação da Coordenadoria de Pesquisa e Pós-Graduação – CPG, no ano de 1976 (UEL/Resolução nº 362/76), já que esta foi concebida com o seguinte propósito: [...] missão de implementar uma estrutura organizacional as atividades de pesquisa e pós-graduação da Universidade, considerando a relevância das mesmas no desenvolvimento científico-tecnológico, bem como, na formação de recursos humanos especializados [...]

---

<sup>6</sup> Para Pierre Bourdieu o *habitus* é um tipo de lei social incorporada, pois em cada campo há um conjunto de disposições inerentes ao seu funcionamento, o que obriga o agente a agir de determinada forma. Somente os grupos e os agentes que empregam o *habitus* adequado ou correspondente ao campo, conseguirão obter êxito/boa colocação na hierarquia: [...] Aqueles que adquirem, longe do campo em que se inscrevem, as disposições que não são aquelas que esse campo exige, arriscam-se, por exemplo, a estar sempre defasados, deslocados, mal colocados, mal em sua própria pele, na contramão e na hora errada, com todas as conseqüências que se possa imaginar. [...]. (BOURDIEU, 2004, p. 28-29).

A importância da CPG da UEL para o desenvolvimento do campo da pós-graduação na UEL encontrou respaldo do campo científico interno, no instante em que sua finalidade estava relacionada com a necessidade de organizar e apoiar os grupos de pesquisadores que buscavam ingressar no campo.

O documento referente ao pedido de credenciamento do Mestrado em Ciências de Alimentos (UEL/1978) traz de forma muito objetiva o que representava um órgão administrativo na gestão da pós-graduação, principalmente, porque estava em consonância com as diretrizes do Conselho Nacional de Pós-Graduação - CNPG:

[...] A Coordenadoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Estadual de Londrina – C.P.G., em hierarquia e em escala de atuação, pode ser considerada como uma pequena unidade dessa imensa engrenagem do C.N.P.G., pois através dela, os professores e pesquisadores da U.E.L., tem recebido orientação e mesmo estímulos financeiros para o desenvolvimento de Cursos de Especialização, pós-graduação e auxílios às Pesquisas aprovadas no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE. (UEL/1978, p. 35)

Este preâmbulo que coloca a UEL no campo da pós-graduação levou os agentes envolvidos no processo a definir estratégias que pudessem dar suporte, do ponto de vista administrativo, com a criação de determinados órgãos (CPG) e instâncias colegiadas<sup>7</sup>, bem como na redefinição e orientação da atuação docente, com a adoção de um sistema de capacitação dos professores atrelada a consolidação de grupos e linhas de pesquisa vinculadas às áreas de conhecimento dos Departamentos, sem falar na difusão da mentalidade em voga na época, que em grande parte foi defendida pelos agentes do campo da pós-graduação, na qual fez da produção docente o baluarte do profissional do conhecimento científico.

Após o período compreendido entre as décadas de 1970 e 80, que foi um interstício de tempo marcado pela conceituação e regulamentação da pós-graduação *stricto sensu* pelas instâncias governamentais, porque não dizer, fase de delineamento da estrutura do campo da pós-graduação, houve nas últimas duas décadas (1990 e 2010), um processo de adensamento da política conduzida pela CAPES/MEC, que culminou com o crescimento da pós-graduação *stricto sensu*.

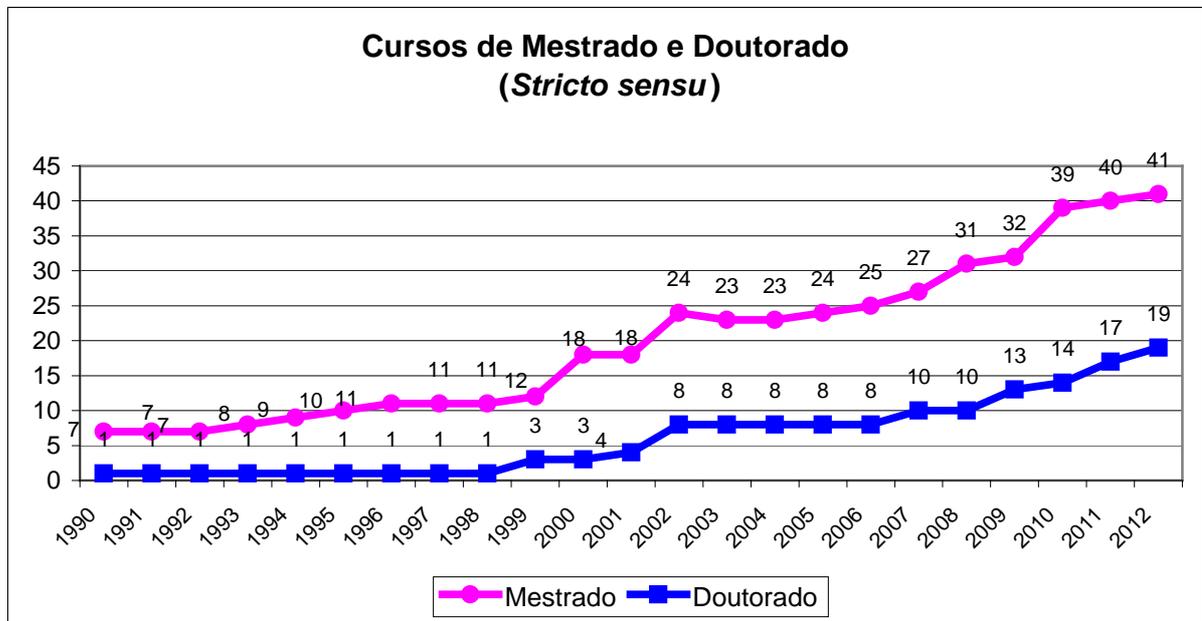
Na UEL, especificamente, foi a partir do ano de 2000 que surgiram novos grupos de pesquisadores com capital científico suficiente para ocupar o espaço de entrada do campo da pós-graduação (posição de dominado onde se sente o maior peso da estrutura). O

---

<sup>7</sup> No ano de 1989 foi criado na Universidade Estadual de Londrina, o Colegiado dos Cursos de Pós-Graduação *Stricto sensu* (UEL/Resolução nº 1340/89). Trata-se de uma instância colegiada que congrega os Coordenadores de Programas de Pós-Graduação, com atribuições deliberativas e consultivas dentro da universidade.

gráfico abaixo demonstra o crescimento do número de Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu* na UEL:

**Gráfico 1 – Crescimento da Pós-Graduação *Stricto sensu* da UEL (1990 a 2012)**



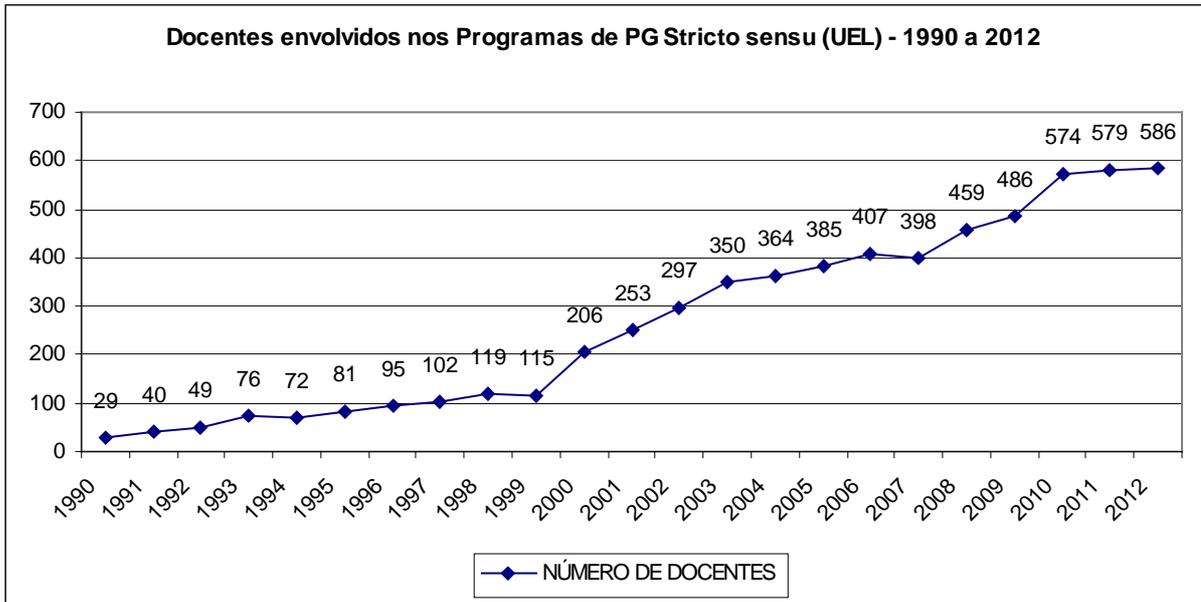
Fonte: UEL/PROPPG - março/2013

Os indicadores do referido gráfico evidenciam que em 12 (doze) anos, ou seja, entre os anos de 2000 e 2012, houve um acréscimo de mais de 100% no número de Mestrados, que passou de 18 (dezoito) para 41 (quarenta e um) Cursos; sendo que no Doutorado o índice é bem mais expressivo (mais de 500% de aumento), passou de 3 (três) para 19 (dezenove).

A intensificação das atividades nos Programas de Pós-Graduação, que em muito foi estimulada pelo sistema nacional de pós-graduação articulado pela CAPES, induziu os docentes-pesquisadores das universidades, centros e institutos de pesquisa mais estruturados, a incorporarem gradualmente uma rotina de trabalho voltada para a produtividade científica regular, considerando que a prerrogativa da avaliação da CAPES (meritocrática) consistia (e consiste) em premiar aqueles que apresentavam melhor performance.

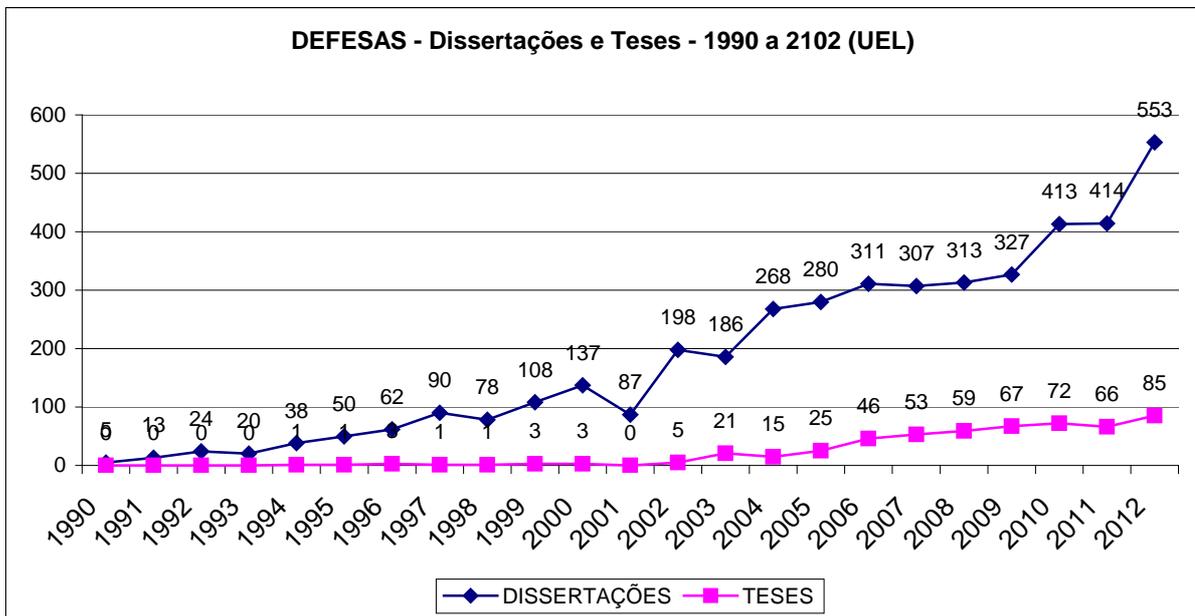
Os reflexos da consumação do campo da pós-graduação na UEL também são vistos nos indicadores referentes ao número de docentes e de defesas nos Programas de Pós-Graduação, tabulados nos gráficos 2 e 3:

**Gráfico 2 – Docentes na Pós-Graduação *Stricto sensu* da UEL (1990 a 2012)**



Fonte: UEL/PROPPG - março/2013

**Gráfico 3 – Número de Defesas de Dissertações e Teses na UEL (1990 a 2012)**



Fonte: UEL/PROPPG - março/2013

Observa-se que a horizontalização dos Cursos de mestrado, ocorrida na última década (2000 a 2010), elevou não só o número de defesas (gráfico 3), bem como a de orientadores (gráfico 2), produção intelectual (tabela 1) e a criação de cursos de Doutorado

(gráfico 1), evolução esta estimada e regrada pelos agentes que habitam posições de dominação dentro do campo da pós-graduação.

**Tabela 1 - Produção Intelectual do Corpo Docente dos Programas *Stricto sensu* da UEL (2002 a 2011)**

	<b>ARTIGOS EM PERIÓDICOS</b>	<b>ANAIS COMPLETOS</b>	<b>LIVROS</b>	<b>PRODUÇÃO TÉCNICA</b>
2002	414	305	118	669
2003	461	420	127	794
2004	574	307	146	877
2005	598	336	194	969
2006	655	471	275	1383
2007	728	658	242	1451
2008	969	608	350	1627
2009	1036	1028	507	1676
2010	1140	1238	404	2137
2011	1477	1468	470	2681

Fonte: UEL/PROPPG - março/2013

Neste momento, para quantificar o capital do campo da pós-graduação dotado de grande dimensão simbólica, refiro-me a produção intelectual (científica e técnica), vou dispor mais uma vez dos números para o desfecho desta breve história da pós-graduação na UEL.

Dentre as regras convencionadas pelos agentes do campo da pós-graduação no decorrer do tempo, certamente, a produção intelectual foi revestida de significado cujo valor determina a condição e a classificação de um docente-pesquisador e de um Programa de Pós-Graduação na hierarquia do campo.

Os números de produções alcançados pelos docentes dos Programas de Pós-Graduação da UEL entre os anos de 2002 a 2011 demonstram que o crescimento assinalado é o resultado de um convencimento característico que acomete os agentes-jogadores que ingressaram e conseguem sobreviver no campo da pós-graduação, ou seja, a necessidade de produzir em escala fixada pelas áreas de avaliação da CAPES.

Possivelmente o termo “convencimento” mencionado no parágrafo acima, possa ser explicado, ou melhor, entendido como uma espécie de estado de euforia (prazer) instaurado no agente/grupo pelo seu ingresso e “sobrevivência” no campo. Amparados nas reflexões de Bourdieu, poderíamos dizer, que o agente é movido pela “sublimação” advinda

da *Illusio*<sup>8</sup>, já que para o referido pensador, o campo promove no jogador (agente) o interesse pelo jogo e a satisfação de pertencer a ele:

[...] Sublimação que, tacitamente, exigida de todo recém-chegado, é implicada nessa forma particular de *illusio* inerente ao pertencimento a um campo, isto é, a crença científica como interesse desinteressado e interesse pelo desinteresse, que leva a admitir, como se diz, que o jogo científico merece ser jogado, que ele vale a pena, e que define os objetos dignos de interesse, interessantes, importantes, capazes, portanto, de merecer investimento. [...] (BOURDIEU, 2004, p. 30)

Para o sociólogo francês Bernard Lahire (2005, p. 18) a ilusão é uma disposição de crença que explica em parte o funcionamento do mundo social:

[...] A relação ilusória que qualquer actor pode ter em relação às suas próprias práticas não é um tema sociologicamente muito na moda. Mas a simples consideração das distâncias entre o que os actores dizem sobre o que fazem e o que podemos aprender sobre o que eles fazem através da observação directa dos seus comportamentos, permite pôr em evidência essa ilusão (que, obviamente, faz parte do mundo social e constitui um elemento do seu funcionamento). [...]

Tudo se passa como se os cientistas-pesquisadores que organizam sua carreira e seu trabalho na perspectiva do produtivismo acadêmico são movidos por disposições de crença, acreditam (ou se iludem) que todo o esforço empreendido para alcançar altos índices de produção científica será convertido em distinção, prestígio e financiamento.

Participar do corpo docente permanente de um Programa de Pós-Graduação *Stricto sensu* e/ou possuir bolsa-produtividade, são conquistas emblemáticas para os que compactuam com o produtivismo acadêmico, simboliza posição de destaque e reconhecimento e, ao mesmo tempo, consiste em uma prática de retroalimentação da estrutura como um todo.

---

<sup>8</sup> No artigo “*Illusio*: aquém e além de Bourdieu”, o autor Pedro Paulo Oliveira (2005), traz citações extraídas do livro de Pierre Bourdieu (Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996), para conceituar a *illusio*: “Esta palavra vem de *ludus* (jogo) e ‘poderia significar estar no jogo, estar envolvido no jogo, levar o jogo a sério. A *Illusio* é estar preso ao jogo, preso pelo jogo, acreditar que o jogo vale a pena ou, para dizê-lo de maneira mais simples, que vale a pena jogar [...] *Illusio* [...] é dar importância a um jogo social, perceber que o que se passa aí é importante para os envolvidos, para os que estão nele [...] É ‘estar em’, participar, admitir, portanto, que o jogo merece ser jogado e que os alvos engendrados no e pelo fato de jogar merecem ser perseguidos; é reconhecer o jogo e reconhecer os alvos [...] Os jogos sociais são jogos que se fazem esquecer como jogos a *illusio* é essa relação encantada com um jogo que é o produto de uma relação de cumplicidade ontológica entre as estruturas mentais e as estruturas objetivas do espaço social” (Bourdieu 1996c: 139-140).

Silva e Silva Júnior (2010, p. 229) tecem a seguinte observação sobre a bolsa-produtividade:

[...] Vale também a referência à bolsa-produtividade, espécie de objeto de desejo dos professores-pesquisadores que aderem e acentuam, na prática universitária, a sociabilidade produtiva, capital acadêmico que confere *status* ao professor no mercado onde ele vende sua força de trabalho. O professor contemplado por tal bolsa tem seus desejos e necessidades produzidos pela ideologia do produtivismo acadêmico instigados e tende a apaixonar-se pela imagem auto-enaltecida de si. [...]

O fato é que o produtivismo acadêmico tornou-se um valor e uma prática imperativa no trabalho docente e no planejamento das universidades públicas, porém, desencadeou determinados fenômenos em seu interior. Um deles é a desumanização das relações de trabalho, processo pelo qual o trabalhador é submetido a uma série de práticas que individualizam sua rotina e deteriora as relações sócio-institucionais e familiares, já que o ritmo alucinante a que é submetido rouba-lhe o tempo da família e do lazer, expondo-o a doenças oportunistas que agem diante de um quadro de precarização da saúde do indivíduo.

A mente e o corpo destes “operários da ciência” tendem a sucumbir diante das condições impostas pelo produtivismo acadêmico:

[...] O mal instalado na saúde do professor é a contraface do mal instalado na universidade, nas suas potencialidades críticas e transformadoras que tendem a ser arrefecidas senão sufocadas pelas políticas de produção acadêmico-científica e de avaliação – principal instrumento para a consolidação no cotidiano da ideologia do produtivismo acadêmico, com graves conseqüências para professores, alunos, gestores e funcionários. [...] (SILVA; SILVA JÚNIOR, 2010, p. 236)

Mas aqueles docentes-pesquisadores que não concordam com os ditames e a pressão do produtivismo e trabalham numa perspectiva temporal mais independente, ou seja, desvinculada do “controle e regulação” da produção científica em ritmo da economia capitalista, tendem a ficar “desajustados” ou até mesmo “marginalizados” dentro das relações de trabalho desta universidade reformada pelo Estado (agências reguladoras).

O gráfico 2 - Docentes na Pós-Graduação *Stricto sensu* da UEL 1990 a 2012 - parece indicar a consumação do produtivismo acadêmico, já que houve um aumento expressivo no número de docentes que ingressaram nos Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu* (em 2012 somam 586), não obstante, se olharmos para o montante do quadro efetivo de docentes da UEL, que corresponde a 1.476, somos levados a pensar que 60% (890) dos docentes não atendem ou, por deliberação pessoal, querem ficar alheios à Pós-Graduação *Stricto sensu* e a pressão das agências reguladoras e fomentadoras. Porém, esses docentes

sofrem por imposição do discurso dominante a violência simbólica que os classificam como improdutivos (segundo o pensamento sobre o poder simbólico de Pierre Bourdieu).

Desta forma, às novas gerações de doutores formadas a partir do novo modelo CAPES, são pesquisadores cujo *habitus* foi formado por valores calcados no ideário produtivista, ou seja, suas disposições são adaptadas a rotina de trabalho que vislumbra resultados quantificados (SGUISSARDI e SILVA JÚNIOR, 2009).

Enfim, a história da pós-graduação na UEL pode ser entendida como a busca incondicional da elevação do capital simbólico às custas de uma dura rotina, na maioria das vezes, “desumana” e incompreendida por aqueles que resistem fazer parte do campo. O campo da pós-graduação da UEL foi organizado a partir de ações deliberadas, porém, delimitadas pelas diretrizes de uma política nacional-desenvolvimentista e por limitadas políticas de financiamento por parte do Estado do Paraná.

Quando analisado o desempenho dos Programas de Pós-Graduação do Estado do Paraná na avaliação CAPES do triênio 2007/2009, somos levados a conjecturar que as políticas estaduais voltadas para o desenvolvimento científico e tecnológico são tímidas ou inconstantes; pois no referido triênio somente três Programas de Pós-Graduação foram conceituados como 6 e nenhum como 7, ou seja, com limitado capital científico, já que os conceitos 6 e 7 representam a excelência e projeção internacional.

Na história recente, observamos que a ascensão dos grupos antigos e inserção de novos no referido campo é a garantia de entrada de recursos financeiros e a projeção da instituição nos “balcões” de negociações nas agências de fomento responsáveis pela distribuição de verbas públicas (para bolsas de estudo, custeio, infra-estrutura, etc).

### **3 A CAPES COMO ENTE POLÍTICO RESPONSÁVEL PELA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CAMPO DA PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* NO BRASIL**

#### **3.1 Consolidação de um sistema meritocrático de avaliação da Pós-Graduação *Stricto sensu*: reflexos na organização das instituições de ensino superior e no trabalho docente**

Desde que a CAPES adotou como diretrizes para a política de pós-graduação, o financiamento dos programas e um sistema de avaliação, percebe-se que as inter-relações destas matrizes colocam o campo acadêmico num tipo de disputa cujas regras tendem a favorecer determinados grupos. Coincidentemente, os mutuários beneficiados pela estrutura do campo da pós-graduação brasileira, são àqueles agentes que ajudaram a dotar de significado social o campo, tendo como peso e medida o capital científico agregado primeiramente por eles<sup>9</sup>.

O sistema de avaliação da CAPES foi incorporando graus de complexidade e de exigência com o crescimento acelerado e induzido da pós-graduação *stricto sensu*. A análise temporal desta estrutura revela que o campo científico da pós-graduação tem a dinâmica de regras determinadas pelo acúmulo de capital científico, ou seja, as áreas de avaliação da CAPES, que são compostas por docentes e/ou pesquisadores de reconhecida capacidade científica entre os pares concorrentes do campo, têm consubstanciado quesitos de avaliação de difícil consecução pelos docentes dos Programas de Pós-Graduação das áreas “menos consolidadas” (por exemplo: determinada média de publicação de artigos em periódicos qualificados pela área no triênio da avaliação). Esta condição de definição dos

---

<sup>9</sup> A dissertação, de autoria de Mário José de Souza, produzida no Mestrado Profissional em Políticas Públicas (UEM), citada no referencial bibliográfico do presente trabalho, apresenta resultados que demonstram como a sistemática de incentivo a ciência e tecnologia no Estado do Paraná (Fundo Paraná de Ciência e Tecnologia) segue a dinâmica dos processos meritocráticos de concessão de recursos, na qual as regras a serem seguidas são aquelas dispostas pelo campo científico (teoria de Pierre Bourdieu) e tendem a beneficiar nas instituições de ensino e pesquisa os grupos que acumulam maior capital científico. Com isso: [...] A questão da formulação de políticas públicas na área de ciência e tecnologia é mais complexa do que em outras áreas, pois o grau de exigência dos destinatários é muito grande, diferentemente das demais áreas, ao mesmo tempo em que os mesmos são formuladores, implantadores e avaliadores destas políticas. O poder dos dominantes no campo científico influencia a política de investimentos em ciência e tecnologia, pois seus membros mais influentes defendem o interesse dos grupos e do campo nos quais atuam frente a outras influências decisórias no âmbito do governo estadual. [...] (SOUZA, 2012)

critérios é uma prerrogativa dos dominantes do campo, nesta perspectiva, Bourdieu (1983) apresenta a seguinte análise:

[...] Em todo campo se põem, com forças mais ou menos desiguais segundo a estrutura da distribuição do capital no campo (grau de homogeneidade), os dominantes, ocupando as posições mais altas na estrutura de distribuição de capital científico, e os dominados, isto é, os novatos, que possuem um capital científico tanto mais importante quanto maior a importância dos recursos científicos acumulados no campo.

Tudo parece indicar que, à medida que crescem os recursos científicos acumulados, e que, em consequência da elevação correlativa do direito de entrada, eleva-se o grau de homogeneidade entre os concorrentes, a concorrência científica tende a distinguir-se em sua forma e intensidade daquela que se observava em estados anteriores desses mesmos campos ou em outros campos onde os recursos acumulados são menos importantes e o grau de heterogeneidade mais elevado. [...] (BOURDIEU, 1983, p. 136-137)

Cabe lembrar que o sistema de avaliação da pós-graduação *stricto sensu* implantado pela CAPES no ano de 1976 já sofreu várias alterações e continua suscetível a elas, isto porque as demandas internas são remodeladas pelo próprio campo ou quando há insurgências de outros campos. Sendo que a força motriz, ou melhor, o dispositivo que alimenta o processo de construção da mesma (avaliação), são as representações ou significações ligadas a qualidade dos produtores de conhecimento (docentes-pesquisadores) e dos respectivos produtos (qualificação de profissionais e produção científica), sem falar que, atualmente, as diretrizes da avaliação apontam para a valorização de mais um fator de mensuração, a projeção dos Programas de Pós-Graduação no cenário internacional.

Deste processo ininterrupto podemos destacar vários momentos, mas pelas características do campo científico, ou seja, por ser uma estrutura que coloca seus agentes em *continuum* estado de competição, existe a tendência predominante de tornar a avaliação um ritual de exaltação e valorização daqueles que detêm o maior capital acadêmico e de “punição” dos que não tiveram desempenho satisfatório.

Oliveira e Fonseca (2010) destacam que no meio acadêmico há diversos debates sobre os efeitos do caráter “performático, quantitativo e contábil” do atual sistema de avaliação da CAPES, muitos contestam o modelo imposto e apontam os aspectos negativos que interferem no processo de formação dos alunos, na gestão dos programas de pós-graduação e na autonomia das instituições, além de ignorar fatores específicos da trajetória de cada universidade e programa, como por exemplo, as características regionais, a conjuntura econômica e política, enfim, elementos históricos da formação dos pesquisadores-professores e das instituições:

[...] Assim, a avaliação quantitativista, utilitarista e competitiva, nos moldes atuais, implica em alterações nos objetivos, valores e processos educativos em cada instituição e programa de pós-graduação, aliando-se a uma lógica de eficiência e eficácia institucional que é, em geral, acentuada por um modelo de avaliação centrado em instrumentos que medem a produtividade institucional, favorecendo a perspectiva do Estado avaliador e regulador, em detrimento da autonomia das instituições, dos programas e do campo científico. Nessa última acepção, a avaliação acaba se restringindo à mensuração da *performance*, deixando de lado a história, a identidade, a relevância, o projeto acadêmico, a inserção e os compromissos acadêmicos e sociais de cada instituição ou programa. Não leva em conta que a qualidade de um programa de pós-graduação, está, em grande parte, associada à existência de condições socioeconômicas e culturais diferenciadas nas regiões geográficas brasileiras, considerando que o sistema de educação superior é diversificado, segmentado e heterogêneo e que isso resulta em qualidade sempre diferenciada. [...] (OLIVEIRA; FONSECA, 2010, p. 47)

Os referidos autores (Oliveira e Fonseca) são categóricos em destacar que o modelo de avaliação da CAPES, fundamentalmente quantitativo e voltado para a valorização de produção intelectual com projeção internacional, não dispõe de critérios condizentes com as distintas realidades dos Programas de Pós-Graduação e com as respectivas áreas de conhecimento, ou seja, a utilização de critérios unificados para mensurar situações díspares favorece “as áreas cientificamente hegemônicas”.

O adensamento do campo da pós-graduação induz os agentes dominantes, aqueles que habitam as esferas de poder de deliberação dentro da estrutura legitimada pela CAPES, a redefinir os critérios de avaliação de forma a assegurar a estratificação dos grupos, isto porque se deve manter uma certa heterogeneidade do campo, seguindo a lógica da recompensa (financiamento e reconhecimento acadêmico) para aqueles que se destacam entre os pares concorrentes.

Portanto, dentro do planejamento da política de pós-graduação conduzida pela CAPES, a avaliação tem a função de classificar e alojar os agentes do campo dentro dos diferentes espaços dispostos hierarquicamente e, pelas regras do jogo, cada espaço ocupado está dotado de um valor, ou melhor, de um capital simbólico, determinante na destinação dos bens materiais, para ser mais exato, dos recursos financeiros.

A institucionalização da pós-graduação está basicamente atrelada a pesquisa, desta forma, as diferentes agências governamentais de apoio às atividades de pesquisa (federais e estaduais) atuam com o propósito de estimular e valorizar a produção qualificada (publicada em periódicos com elevado fator de impacto e projeção internacional), intensificando no âmbito do campo acadêmico o clima de competição, levando os agentes jogadores a adotarem determinadas estratégias.

No âmago desta discussão, referencio trecho do artigo intitulado “*O impacto da avaliação no desenvolvimento e na reconfiguração do campo universitário brasileiro*”, de Ana Paula Hey e de Afrânio Mendes Catani (HEY; CATANI, 2010, p. 74):

[...] Nesta reconfiguração do campo acadêmico/universitário, onde tudo se encontra *rankeado*, a produção assume características peculiares, ao menos nas ciências humanas como um todo: as coautorias, até então muito raras, proliferam; são criadas centenas de periódicos para dar vazão aos artigos escritos pelos professores pesquisadores; eventos científicos ocorrem aos montes, com a inscrição de dezenas de trabalhos – mas com a ausência de parte considerável dos autores; as coletâneas dão o tom, parte delas pagas na íntegra ou em considerável percentual pelos próprios autores; o orientador automaticamente converte-se em, ao menos, coautor da pesquisa ou do trabalho do orientando. [...]

Inegavelmente, este formato de avaliação fortalece um tipo de política pública que acentua o caráter individualista e utilitarista da atividade de pesquisa, pois deve atender as demandas de uma sociedade cujas bases econômicas estão ancoradas nos processos produtivos.

A educação superior no Brasil não passou despercebida do processo de globalização/mercantilização imposto pelo livre mercado e capital estrangeiro, as parcerias com entidades internacionais (Organização Mundial do Comércio – OMC, Fundo Monetário Internacional - FMI, Banco Mundial, entre outros), intensificadas a partir da metade da década de 1990, com o governo de Fernando Henrique Cardoso, ultrapassaram os “muros” das instituições de ensino superior, no instante que influenciaram sobremaneira as políticas da educação superior implementadas pelo governo federal.

Fonseca e Oliveira (2010) sustentam que o pragmatismo defendido pelas referidas agências internacionais ansiava que o desenvolvimento da educação superior estivesse vinculado ao atendimento das demandas relacionadas aos processos produtivos da economia capitalista, portanto, este ideário balizou muitas das ações induzidas no campo acadêmico pelo governo federal durante o primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (95-2002):

[...] A partir dos anos de 1990, vêm se impondo pressões para que as universidades atendam às requisições de política científica e de pós-graduação definidas pelas agências brasileiras de fomento e avaliação. A Coordenação de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Nível Superior (Capes) e o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) passaram a requisitar cada vez mais a ampliação e a “qualidade” da pesquisa científica, tecnológica e da inovação, sobretudo aquelas voltadas aos temas considerados estratégicos para a inserção do país no contexto da globalização competitiva. [...] (FONSECA; OLIVEIRA, 2010, p. 114)

Os efeitos do modelo performático da avaliação da CAPES no processo que envolve a rotina docente e discente é muito visível. No caso específico da UEL, quando examinadas as normas internas (regulamentos) de cada Programa de Pós-Graduação, são encontradas disposições legitimadas pelas exigências convencionadas pelas áreas de avaliação da CAPES, tais como, os critérios de credenciamento e descredenciamento de docentes dos Programas levando-se em consideração a performance na produção intelectual.

Cabe ressaltar que as disposições e as práticas específicas de cada campo são o resultado do confronto dos agentes no interior do próprio campo e das estratégias utilizadas por cada um ou cada grupo na luta para colocar sua visão, concepção e métodos como os mais adequados e, conseqüentemente, melhorar sua posição e seu capital simbólico.

Apoiados na teoria dos campos, Hey e Catani (2010, p. 54) apresentam a seguinte definição sobre o campo universitário:

[...] Entendemos por campo universitário o lócus de relações que envolve como protagonistas agentes que possuem a delegação para gerir e produzir práticas universitárias, isto é, uma modalidade de produção consagrada e legitimada. É um espaço social institucionalizado, delimitado, com objetivos e finalidades específicas, onde se instala uma verdadeira luta para classificar o que pertence ou não a esse mundo e onde são produzidos distintos *enjeux* de poder. As diferentes naturezas de capital e as disposições acadêmicas geradas e atuantes no campo materializam-se nas tomadas de posição, é dizer, no sistema estruturado das práticas e das expressões dos agentes. [...]

Com a institucionalização e intensificação das ações induzidas no campo da pós-graduação pelas agências de avaliação e fomento (CAPES, CNPq, FINEP), houve sobremaneira a valorização e projeção dos agentes ligados aos programas de pós-graduação, pois o valor agregado as estes agentes os colocaram em posição de destaque dentro da instituição. O poder simbólico incorporado por este grupo seletivo foi se materializando em bens materiais e financeiros, já que a estrutura de fomento a pesquisa organizada pelas referidas agências, beneficia aqueles que detêm os melhores currículos (para Bourdieu, os agentes do campo são classificados pela “propriedade pertinente”).

No campo universitário, assim como em qualquer outro, existe um conjunto de “*propriedades pertinentes*” a ele e a “*população dos indivíduos construídos*”, para Bourdieu o campo possui propriedades pertinentes e diferentes graus de posse:

[...] Assim, o trabalho de construção do objeto delimita um conjunto finito de *propriedades pertinentes*, instituídas por hipótese em *variáveis eficazes*, cujas variações estão associadas às variações do fenômeno observado, e define assim a população dos *indivíduos construídos*, caracterizados pela posse em graus diferentes dessas

propriedades. Essas operações lógicas produzem um conjunto de efeitos que é preciso explicitar sob pena de registrá-los, sem saber, sob o modo da constatação (o que constitui o erro cardinal do positivismo objetivista). Em primeiro lugar, a objetivação do não objetivado (por exemplo, o prestígio científico) equivale, como se acaba de ver, a um efeito de oficialização, de natureza quase jurídica: assim, o estabelecimento de classes de notoriedade internacional fundadas no número de citações ou a elaboração de um indício de participação no jornalismo são operações totalmente análogas às que realizam, no centro do campo, os produtores de *palmarès* (lista de alunos premiados). [...] (BOURDIEU, 2011a, p. 31)

No campo da pós-graduação do Brasil chama atenção a “inesgotável” capacidade que os agentes dominantes possuem para refinar e redirecionar as regras da competição. Isto porque quando há uma tendência a homogeneização do capital simbólico dos agentes, gera-se um problema para o sistema nacional de pós-graduação, pois necessitaria ampliar seu orçamento a fim de premiar os melhores classificados.

Na história da avaliação da pós-graduação há um momento muito marcante e que exemplifica esta tendência ao refinamento das normas pelo campo, trata-se da mudança da sistemática de avaliação vigente até o ano de 1998, que escalonava a qualificação do Programa de Pós-Graduação num interstício de conceitos de “A” a “E”, com prazo de validade por 2 (dois) anos, para um modelo com premissas discricionárias.

Oliveira e Fonseca (2010, p. 40) escrevem:

[...] Na compreensão da CAPES, tornou-se necessário promover alterações no modelo de avaliação, principalmente, porque houve uma “perda do poder discricionário” de classificação, o que resultou em um número muito grande de cursos com conceito A (excelentes), cerca de 50%, o que não permitia diferenciar os cursos com qualidade inferior. Dentre os principais problemas do modelo anterior foram apontados(as): a) adoção, com referência, de um cenário muito restrito à realidade brasileira; b) superdimensionamento do papel do mestrado e organização de alguns cursos desse nível como verdadeiros pequenos doutorados; c) consagração de um rígido esquema sequencial entre o mestrado e o doutorado; d) consagração dos cursos como unidades de referência para a política de apoio e incentivo à pós-graduação e como base para a estruturação do sistema de avaliação; e) orientação do sistema de pós-graduação quase exclusivamente para o atendimento das necessidades do mestrado acadêmico; f) valorização e reforço de um modelo rígido de organização da pós-graduação; g) baixo nível de interação entre a pós-graduação e a graduação; h) fortes desequilíbrios inter e intrarregionais e entre as diferentes áreas do conhecimento. [...]

No catálogo publicado pela CAPES (1996, p. 93) a estatística referente ao número de Cursos de pós-graduação (Mestrado e Doutorado) por conceito, no Brasil, no ano de 1995, é a seguinte:

**Tabela 2 - Mestrados no Brasil por conceito no ano de 1995**

Conceitos	A	B	C	CN	CR	D	E	AS	Total
<b>Brasil</b>	426	388	171	106	19	30	14	5	1159

**Tabela 3 - Doutorados no Brasil por conceito no ano de 1995**

Conceitos	A	B	C	CN	CR	D	E	SA	Total
<b>Brasil</b>	271	195	43	94	2	7	3	1	616

De fato, a classificação apresentada pela CAPES (1996), evidencia que a estrutura de avaliação (regras dispostas para a competição no campo) colocava o capital simbólico dos agentes dominados próximo ao dos dominantes, pois, de um total de 1.159 cursos de mestrados, 814 (70%) estavam conceituados em A e B e os demais (30%) distribuídos pelos conceitos inferiores, quanto aos cursos de doutorado, observa-se uma proporção semelhante (75% enquadrados nos conceitos A e B).

Com a implantação do novo modelo de avaliação, o campo da pós-graduação, que até então vinha concentrando a maioria dos cursos em 2 (dois) grandes blocos, os do conceito “A” e do conceito “B”, foi submetido a um processo de descompactação e reclassificação, mensurado por quesitos correspondentes aos pressupostos de qualidade, produtividade e inserção internacional, quesitos estes, que restabeleceram graus de diferenciação entre os agentes do campo<sup>10</sup>.

<sup>10</sup> Para exemplificar o refinamento dos critérios de avaliação do novo modelo instituído pela CAPES, o Documento de Área – 2009, referente à avaliação do triênio 2007/2009, da área de Sociologia, definiu como indicadores para a produção intelectual de programas com perfil de conceitos 6 e 7, o seguinte: “Produção científica com inserção internacional: compreende a publicação de resultados de pesquisa, sob a forma de artigos em periódicos científicos, livros e capítulo de livros qualificados, com destacadas proporção e média por docente nos estratos A1, A2 e B1 do Qualis da Área (periódicos). A diferença entre os conceitos 6 e 7 é alcançada por dois critérios: a) proporção do corpo docente com produção científica com inserção internacional; b) média dessa produção bibliográfica por docente ano. Consolidação e liderança nacional: O atendimento a este item requer que o corpo docente do programa elegível para os conceitos 6 e 7 demonstre participação em: a) convênios e intercâmbios ativos firmados com instituições estrangeiras de reconhecido prestígio científico, em regime de reciprocidade e com divulgação no exterior; b) programas institucionais de cooperação internacional exigindo missões bilaterais de trabalho; c) conferências, mesas-redondas, organização de grupos de trabalho e grupos de pesquisa em eventos científicos internacionais de grande relevância para a área; d) promoção de eventos científicos internacionais; e) prêmios internacionais (com láurea e/ou como participação em júris internacionais); f) consultorias e organismos internacionais; g) comitês editoriais e como pareceristas de periódicos internacionais; h) redes internacionais de pesquisa com publicação de resultados; i) corpos diretivos em associações científicas internacionais de grande relevância para a área; j) oferta de cursos e colaboração em atividades de ensino em instituições de reconhecido nível de excelência no exterior; l) estágios de formação pós-doutoral no exterior; m) obtenção de bolsas de pesquisa ou financiamento de agências internacionais.”

Quanto ao novo modelo de avaliação implantado, observa-se que o objetivo principal foi redimensionar a representação do capital simbólico dos agentes do campo da pós-graduação, ou seja, com o crescimento do número de cursos e, conseqüentemente, de agentes no campo, as regras que numa fase inicial atendiam as expectativas e interesses dos dominantes, tornaram-se generalistas e possibilitaram a homogeneização, principalmente, nos blocos que congregavam os cursos com conceito “A” ou “B”.

Diante de tais circunstâncias, a partir de 1998, a CAPES implantou uma avaliação formatada para restabelecer o “poder discricionário” da análise e julgamento, para tanto, inseriu novos quesitos e pesos para os elementos considerados fundamentais no desenvolvimento da pós-graduação. Oliveira e Fonseca (2010, p. 40) explicam que:

[...] Na nova sistemática de avaliação, a classificação passou a ser composta por sete níveis de conceitos – de 1 a 7, sem frações, observadas as seguintes determinações: a) Conceito 6 e 7 – exclusivos para programas que ofereçam doutorado com nível de excelência, desempenho equivalente ao dos mais importantes centros internacionais de ensino e pesquisa, alto nível de inserção internacional, grande capacidade de nucleação de novos grupos de pesquisa e ensino e cujo corpo docente desempenhe papel de liderança e representatividade na respectiva comunidade; b) Conceito 5 – alto nível de desempenho, sendo esse o maior conceito admitido para programas que ofereçam apenas mestrado; c) Conceito 4 – bom desempenho; d) Conceito 3 – desempenho regular, atende o padrão mínimo de qualidade exigido; e) Conceitos 1 e 2 – desempenho fraco, abaixo do padrão mínimo de qualidade requerido. [...]

Com a reconfiguração do sistema de avaliação (iniciada em 1998), ocorreu um processo de alteração das disposições do campo, sendo que os efeitos são visíveis, basta analisar a atual conjuntura do sistema nacional de pós-graduação, mais especificamente, a distribuição dos Cursos pelos conceitos:

**Tabela 4 – Cursos e Conceitos no ano de 2013**

<b>CONCEITO</b>	<b>Total de Cursos por Conceito</b>	<b>Percentual de Cursos p/Conceito</b>	<b>Mestrado Acadêmico</b>	<b>Doutorado</b>	<b>Mestrado Profissional</b>
3	1.661	30,93%	1.225	45	391
4	1.967	36,62%	949	923	95
5	1.103	20,54%	535	539	29
6	405	7,54%	201	204	0
7	234	4,35%	117	117	0
<b>Total de Cursos</b>	<b>5.370</b>	<b>99,98%</b>	<b>3.027</b>	<b>1.828</b>	<b>515</b>

A análise do quadro confirma que a classificação dos Cursos numa escala de conceito variável de 3 a 7 apresenta um número limitado de cursos nos extratos 6 e 7 (11,89%), ou seja, tratam-se de núcleos de acesso restrito e, segundo critérios definidos pelos agentes dominantes do campo, são destinados aos Programas de Pós-Graduação com elevado capital científico. Sendo que as áreas de avaliação da CAPES a cada ciclo de avaliação tendem a elevar as exigências de entrada para os referidos extratos.

O campo da pós-graduação está hierarquizado em uma estrutura consolidada por uma política nacional de pós-graduação fundamentada na classificação dos agentes através de indicadores quantitativos de produção. Portanto, o seu sistema de avaliação e financiamento está correlacionado com o mérito e a distinção (competência científica). Assim, os agentes dominantes do campo, aqueles que ocupam o “topo da pirâmide”, *rankeados* como os mais produtivos, tendem a consumir as representações/disposições que lhes são mais favoráveis e ao campo.

Para finalizar o presente capítulo, recorreremos a mais uma particularidade do campo científico, trata-se da prerrogativa da arbitragem por parte dos “legítimos” juízes do campo, agentes dominantes que se encontram numa condição confortável, pois legislam e julgam conforme os interesses dos grupos que representam e, no caso da pós-graduação brasileira, o campo ganhou legitimidade e autonomia ao compactuar com as diretrizes reguladoras de órgãos do governo federal (CAPES e CNPq).

Nesta linha de pensamento Bourdieu (1983, p. 130) escreve:

[...] Tanto no campo científico quanto no campo das relações de classe não existem instâncias que legitimam as instâncias de legitimidade; as reivindicações de legitimidade tiram sua legitimidade da força relativa dos grupos cujos interesses elas exprimem: à medida que a própria definição dos critérios de julgamento e dos princípios de hierarquização estão em jogo na luta, ninguém é bom juiz porque não há juiz que não seja, ao mesmo tempo, juiz e parte interessada.

Vemos, assim, a ingenuidade da “técnica dos juízes a que recorre comumente a tradição científica para definir as hierarquias características de um campo determinado: hierarquia dos agentes ou das instituições – as universidades dos EUA; hierarquia dos problemas, domínios ou métodos; hierarquia dos próprios campos etc. e, a mesma filosofia ingênua da objetividade que inspira o recurso a “especialistas internacionais”. Como se a posição de observadores estrangeiros pudesse colocá-los ao abrigo dos *parti pris* e das tomadas de posição num momento em que a economia das trocas ideológicas conhece tantas sociedades multinacionais. E, ainda, como se suas análises “científicas” do estado da ciência pudessem ser outra coisa que não a justificação, cientificamente mascarada, do estado particular da ciência ou das instituições científicas com o qual compactuam. [...]

## 4. PERFORMANCE DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UEL NO CAMPO DA PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

### 4.1 Diagnóstico dos Programas de Pós-Graduação da UEL frente aos critérios de avaliação da capes: a ótica de duas realidades

Neste capítulo o intuito é analisar o desempenho de dois grupos de Programas de Pós-Graduação da UEL, identificados a partir de distintas performances junto à avaliação da CAPES. No primeiro grupo, enquadram-se os Programas de Pós-Graduação com conceito 3 (três) em duas ou mais avaliações nos últimos 3 triênios (2001/2003, 2004/2006 e 2007/2009).

Já no segundo grupo, a reflexão foi propositalmente circunstanciada em torno dos Programas da UEL com conceito 5 (cinco) na avaliação trienal de 2007/2009, isto porque neste núcleo encontram-se os Cursos da instituição dotados de maior reconhecimento científico no meio acadêmico, uma vez que o referido conceito, segundo os critérios definidos pelos agentes dominantes do campo, é a chancela da CAPES para os Programas de Pós-Graduação com nível de excelência no âmbito nacional.

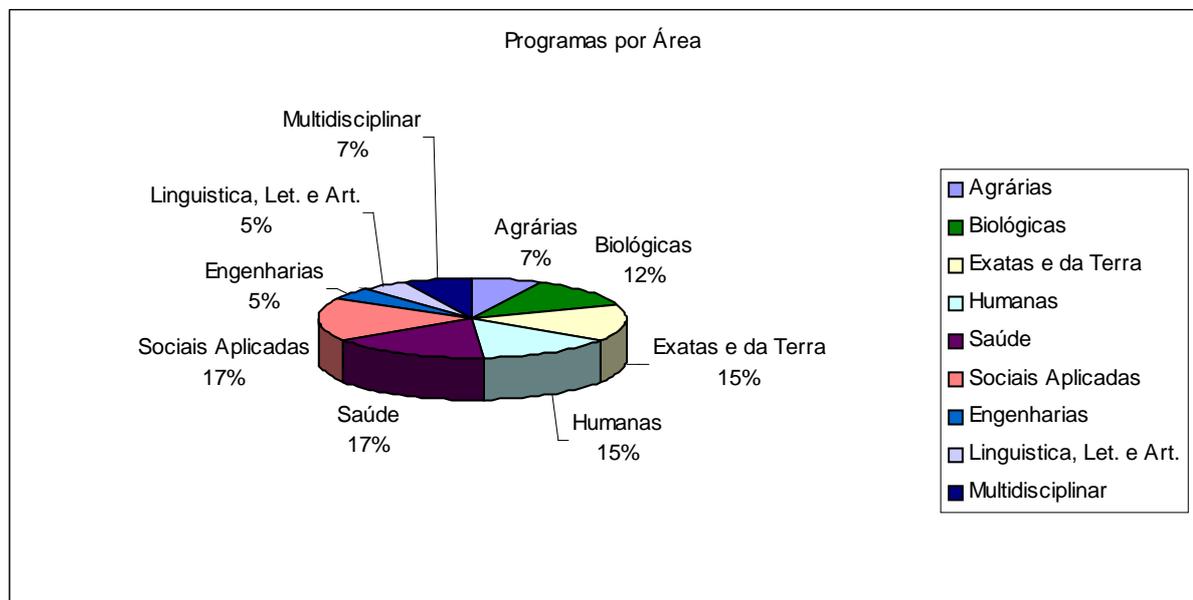
Uma ressalva deve ser feita neste momento, não foram submetidos neste diagnóstico, os Programas com conceito 3 (três) que passaram pelo crivo de somente uma ou nenhuma avaliação trienal (cursos novos), bem como aqueles com conceito 4 (quatro).

Neste momento gostaríamos de ilustrar o cenário geral da pós-graduação *stricto sensu* da UEL, para tanto, selecionamos alguns gráficos que proporcionam uma visão geral, com o número de programas por área de conhecimento (Gráfico 4); programas de pós-graduação por conceito – triênio 2001/2003 (Gráfico 5); programas de pós-graduação por conceito – triênio 2004/2006 (Gráfico 6); programas de pós-graduação por conceito – triênio 2007/2009 (Gráfico 7); Percentual de Programas de Pós-Graduação da UEL com Conceito 3 por área – Triênio 2007/2009 (Gráfico 8); Percentual de Programas de Pós-Graduação da UEL com Conceito 4 por área – Triênio 2007/2009 (Gráfico 9) e Percentual de Programas de Pós-Graduação da UEL com Conceito 5 por área – Triênio 2007/2009 (Gráfico 10).

No gráfico 4 identificamos que a pós-graduação *stricto sensu* na UEL encontra-se dividida em 9 (nove) áreas de conhecimento, com a predominância em número de cursos em quatro áreas: sociais aplicadas e saúde somam 34% (cada uma com 17%); humanas e exatas e da terra somam 30% (cada uma com 15%).

**Gráfico 4 – Programas de Pós-Graduação da UEL por Área de Conhecimento**

Área de Conhecimento	Nº de Programas de PG
Agrárias	3
Biológicas	5
Exatas e da Terra	6
Humanas	6
Saúde	7
Sociais Aplicadas	7
Engenharias	2
Linguística, Letras e Artes	2
Multidisciplinar	3
<b>Total</b>	<b>41</b>



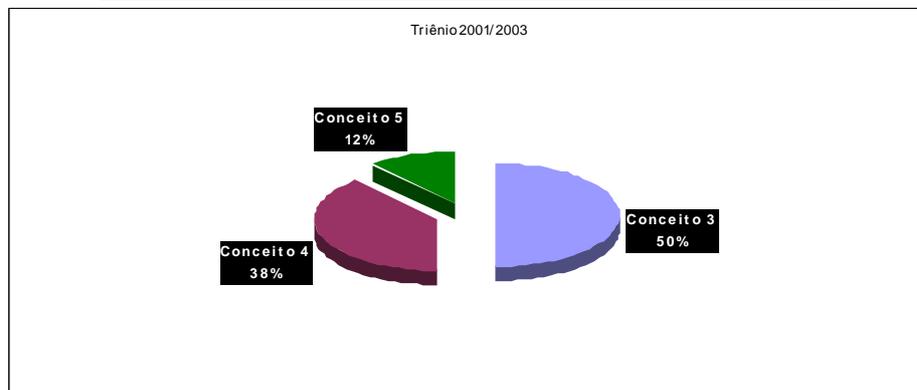
Fonte: UEL/PROPPG - março/2013

Os gráficos seguintes (5, 6 e 7) trazem o número de programas por conceito da avaliação CAPES nos triênios 2001/2003, 2004/2006 e 2007/2009. Por se tratar a UEL de uma universidade periférica, quando comparada às tradicionais da região sudeste ou dos grandes centros, percebe-se que nos triênios referenciados houve tendência à concentração dos Programas nos extratos dos conceitos 3 e 4, com uma média de 85%. A minoria (média de 14% nos três triênios) ficou no grupo do conceito 5, que na hierarquia da pirâmide do campo da pós-graduação, poderíamos considerar em ordem decrescente a terceira escala em grau de valorização simbólica. Entretanto, aplicando a teoria do campo científico de Bourdieu (2004), na esfera da UEL representa uma seleta classe de pesquisadores detentores do maior capital científico.

A prática de restrição da entrada para os conceitos 5, 6 e 7, reforça o entendimento que na hierarquização da estrutura do campo da pós-graduação, os agentes dominantes dificultam o acesso ao instituir critérios de elevado grau de consecução, obstaculizando a ascensão dos grupos com menor capital científico e reconhecimento no meio acadêmico, principalmente pelo quesito de índice de produção intelectual em periódicos qualificados no triênio.

**Gráfico 5 – Programas de Pós-Graduação da UEL por Conceito – Triênio 2001/2003**

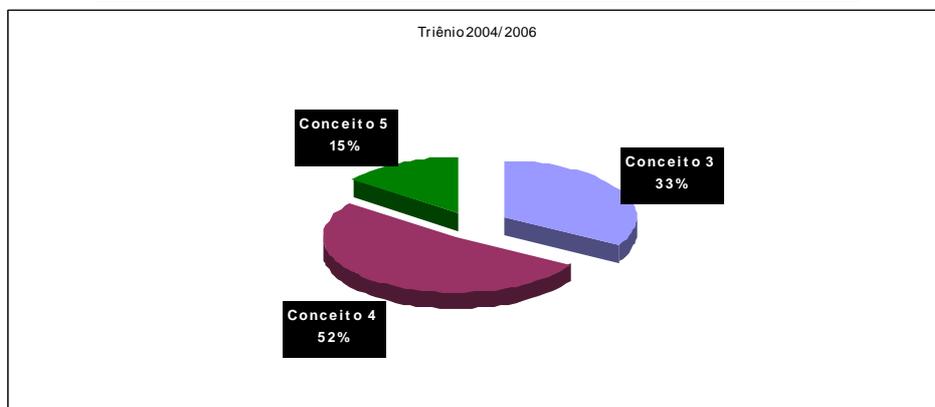
Conceito 3	Conceito 4	Conceito 5
13	10	2



Fonte: UEL/PROPPG - março/2013

**Gráfico 6 – Programas de Pós-Graduação da UEL por Conceito – Triênio 2004/2006**

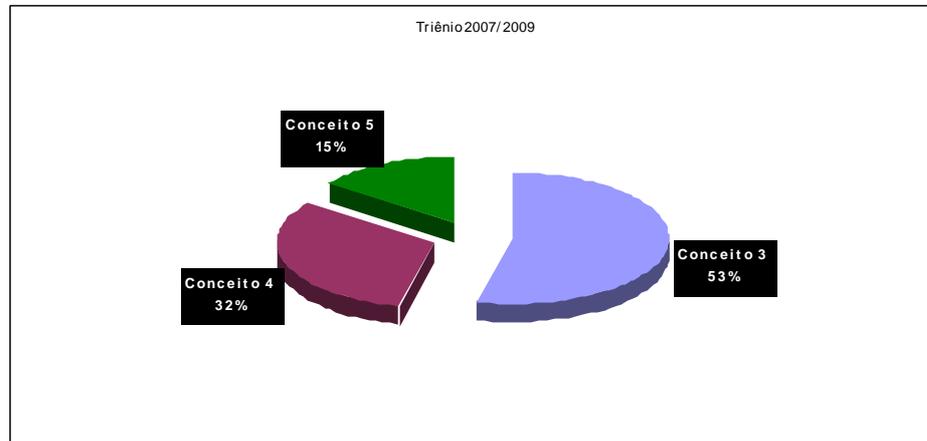
Conceito 3	Conceito 4	Conceito 5
9	14	4



Fonte: UEL/PROPPG - março/2013

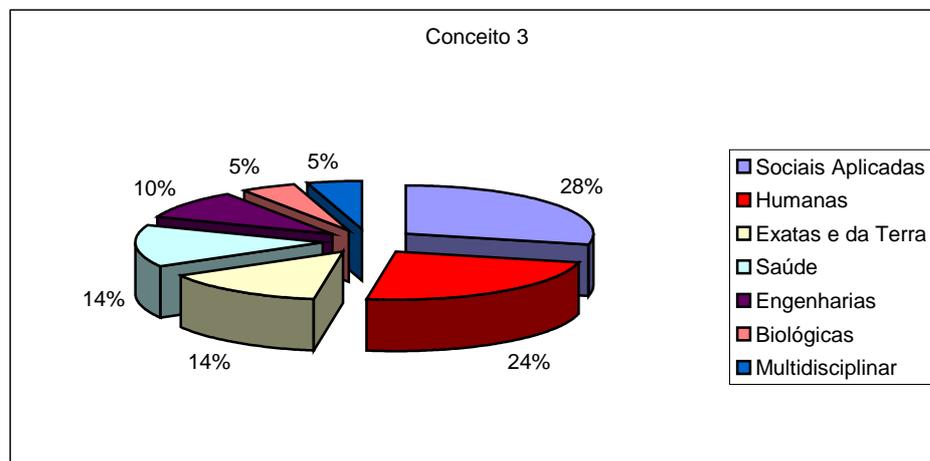
**Gráfico 7 – Programas de Pós-Graduação da UEL por Conceito – Triênio 2007/2009**

Conceito 3	Conceito 4	Conceito 5
22	13	6



Fonte: UEL/PROPPG - março/2013

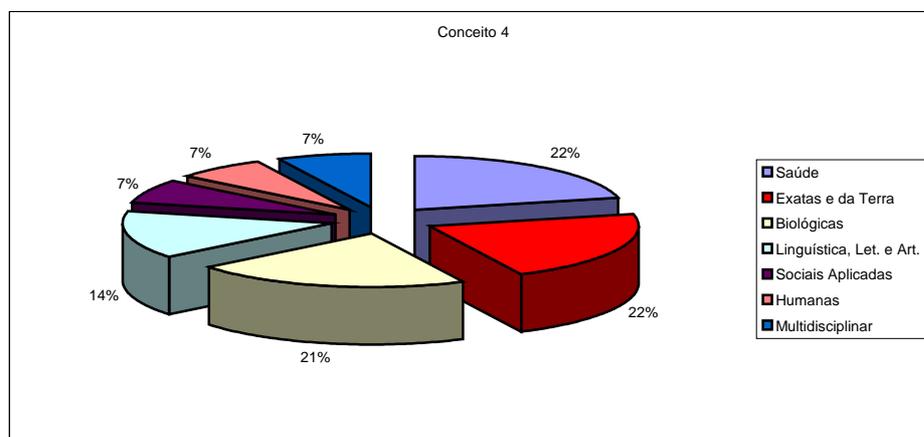
Ao analisarmos o percentual dos programas de pós-graduação por área de conhecimento que obtiveram o conceito 3 na avaliação trienal 2007/2009 (Gráfico 8), detectamos que 52% dos programas são da área de sociais aplicadas (28%) e de humanas (24%), esta conjuntura demonstra que os cursos das referidas áreas são constituídos por grupos de docentes-pesquisadores que ainda não possuem índice de produtividade suficiente para a consolidação do programa frente às condições regulamentadas pelas áreas de avaliação da CAPES, sendo avaliados como “regulares”.

**Gráfico 8 – Percentual de Programas de Pós-Graduação da UEL com Conceito 3 por área – Triênio 2007/2009**

Fonte: UEL/PROPPG - março/2013

Os programas da UEL que foram enquadrados no conceito 4 apresentaram desempenho considerado “bom” na avaliação da CAPES (Gráfico 9), portanto, passaram a dispor de algum *status*, já que deixaram a “zona dos desesperados” (conceito 3) e, pelo funcionamento do campo, dão sinais que estão absorvendo o ideário do produtivismo acadêmico, mas ainda estão muito distantes da cúpula normativa e dominante.

**Gráfico 9 – Percentual de Programas de Pós-Graduação da UEL com Conceito 4 por área – Triênio 2007/2009**

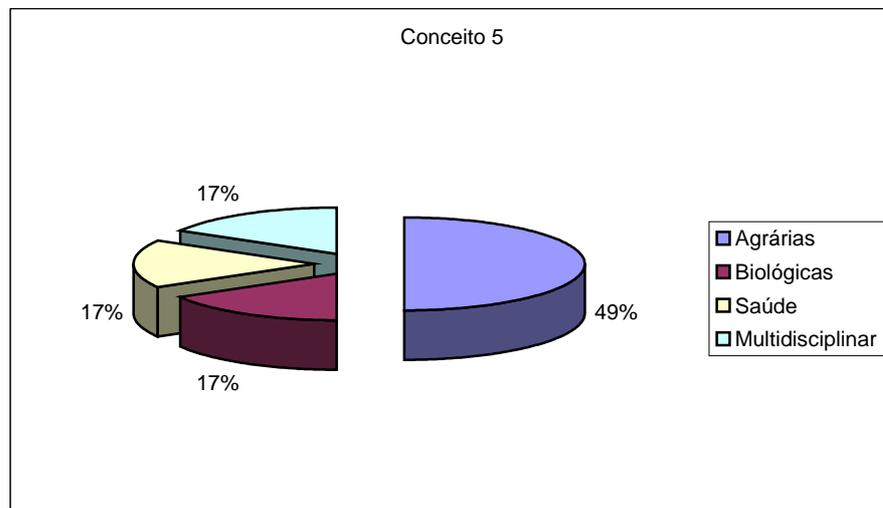


Fonte: UEL/PROPPG - março/2013

O gráfico 10 refere-se aos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* da UEL que receberam o conceito 5 na avaliação trienal 2007/2009 quantificados percentualmente por área. Primeiramente devemos destacar que somente quatro áreas congregam cursos com a nota 5, mas a área de ciências agrárias exerce amplo domínio com 49% dos cursos no extrato 5, não obstante, o fato é que do universo dos cursos da instituição os três cursos da referida área são conceito 5.

Às conjecturas que obviamente exigiriam um amadurecimento investigativo (teórico e metodológico), leva-nos a registrar que provavelmente as disposições e *habitus* dos docentes-pesquisadores da área de ciências agrárias da UEL se adaptam com maior facilidade ao modelo de produtividade, isto pelas características dos objetos e temas de pesquisa.

**Gráfico 10 – Percentual de Programas de Pós-Graduação da UEL com Conceito 5 por área – Triênio 2007/2009**



Fonte: UEL/PROPPG - março/2013

Antes de iniciar a análise dos dois grupos (conceito 3 e 5), sob o prisma das diferentes realidades descritas e representadas nas fichas de avaliação pelos agentes-jogadores (avaliadores), faz-se necessário trazer as regras que regulamentam o processo de classificação dos Programas de Pós-Graduação.

Na avaliação referente ao triênio 2007/2009 os quesitos que serviram de parâmetro foram 5 (cinco): I) Proposta do Programa; II) Corpo Docente; III) Corpo Discente, Teses e Dissertações; IV) Produção Intelectual e V) Inserção Social.

Na ponderação dos quesitos, aqueles que foram investidos de maior peso na avaliação foram o III (corpo discente, teses e dissertações) e o IV (Produção Intelectual), variando entre as áreas, respectivamente, em 30/35% e 35/40%. Nota-se que a soma dos dois quesitos perfaz 70% da avaliação, cabendo aos quesitos II (corpo docente) e V (inserção social) os 30% restantes, já que para o quesito I (Proposta do Programa) não há percentual atribuído.

No quesito III (corpo discente, teses e dissertações) os itens avaliados foram:

- [...] 1. Quantidade de teses e dissertações defendidas no período de avaliação, em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo discente.
2. Distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação, em relação aos docentes do programa.
3. Qualidade das Teses e Dissertações e da produção de discentes autores da pós-graduação e da graduação (no caso de IES com curso de graduação na área) na produção científica do programa, aferida por publicações e outros indicadores pertinentes à área.

4. Eficiência do Programa na formação de mestres e doutores bolsistas: Tempo de formação de mestres e doutores e percentual de bolsistas titulados. [...] (CAPES/Documento de Área 2009)

Na produção intelectual (quesito IV) foram avaliados os itens:

- [...] 1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.  
 2. Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa.  
 3. Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes. [...] (CAPES/Documento de Área 2009)

Chamam atenção nas duas citações acima os termos: “*quantidade*”, “*qualidade*” e “*eficiência*”, justamente, por estarem associados ao ideário do produtivismo e pelo que representam no bojo do sistema de avaliação da CAPES. Deve-se comentar ainda, que na prática da avaliação, os referidos termos são forjados com diferentes escalas de medição, pois a essência do sistema de avaliação está amparada no princípio da “autoridade/competência científica” (BOURDIEU, 1983, p.124):

[...] Aqueles que estão à frente das grandes burocracias científicas só poderão impor sua vitória como sendo uma vitória da ciência se forem capazes de impor uma definição de ciência que suponha que a boa maneira de fazer ciência implica a utilização de serviços de uma grande burocracia científica, provida de créditos, de equipamentos técnicos poderosos, de uma mão-de-obra abundante. Assim, eles constituem em metodologia universal e eterna a prática de sondagens com amplas amostragens, as operações de análise estatística dos dados e formalização dos resultados, instaurando, como medida de toda prática científica, o padrão mais favorável às suas capacidades intelectuais e institucionais. Reciprocamente, os conflitos epistemológicos são sempre, inseparavelmente, conflitos políticos; assim uma pesquisa sobre o poder no campo científico poderia perfeitamente só comportar questões aparentemente epistemológicas [...]

Diante dos fatos dispostos até aqui, vê-se um contexto de articulação de um esquema de classificação, convencionado pelo campo da pós-graduação, que vem hierarquizando os Programas de Pós-Graduação e mais que isso, subjungando-os de forma legítima, já que a representação empregada para tal finalidade passa pelo paradigma de uma ciência alinhada à produção de impacto internacional, atendendo aos apelos do discurso dos dominantes.

Porém, nem sempre as regras estabelecidas para a produção acadêmica, em especial, a intelectual ou técnica, são claras. Fonseca e Oliveira (2010) destacam a existência de um dilema quando se vincula a produção do conhecimento as tendências e potencialidades econômicas regionais, ou seja, não existe certeza que as ações de demanda social local, prestadas pelos Programas de Pós-graduação, sejam consideradas relevantes pelos “agentes

intelectuais de caráter mais universalizante”, justamente porque há uma tendência dos dominantes do campo ou da área de conhecimento, a definirem os temas de pesquisa em moda:

[...] Embora os critérios utilizados pela Capes e CNPq para o financiamento das pesquisas sejam considerados importantes pelos professores, outros fatores constituem forte motivação para a escolha de temas e de objetos de estudo. Os pesquisadores são, em geral, influenciados pelas próprias condições sócio-cognitivas de determinadas áreas do conhecimento e pela própria evolução da área ou da especialidade. São sensíveis, ainda, ao potencial de uma área profícua e pouco explorada em seu ambiente acadêmico. Estas influências múltiplas concorrem para uma qualidade complexa da produção universitária [...] (FONSECA; OLIVEIRA, 2010, p. 126)

Na UEL muito dos Programas com o conceito 3, que são objeto desta pesquisa, estão propensos a serem considerados endógenos, principalmente, aqueles cujas pesquisas estão voltadas para a resolução de problemas locais e os resultados disseminados em periódicos regionais. Na maioria das vezes os referidos resultados não transitam entre os temas julgados relevantes pelos agentes dominantes e, tão pouco, pelos periódicos de projeção internacional. Esta conjuntura corriqueira para as instituições de ensino superior em processo de crescimento (universidades jovens), coloca os grupos de pesquisa em formação em condições de inferioridade na disputa dentro do campo, sobretudo nas áreas humanas.

A realidade vivenciada pelos professores-pesquisadores agentes do campo da pós-graduação esta cada vez mais impregnada pela cultura da performance. Para Ball (2002), a performatividade é um dos elementos que permeou a reforma da educação, o referido autor traz a seguinte definição:

[...] A performatividade é uma tecnologia, uma cultura e um modo de regulação que serve de críticas, comparações e exposições como meios de controlo, atrito e mudança. Os desempenhos (de sujeito individuais ou organizações) servem como medidas de produtividade e rendimento, ou mostras de “qualidade” ou ainda “momentos” de promoção ou inspeção. Significam, englobam e representam a validade, a qualidade ou valor de um indivíduo ou organização dentro de um determinado âmbito de julgamento/avaliação [...] (BALL, 2002, p. 4)

Nota-se que a perspectiva da performance, como regra de muitos campos e, em especial, do campo da pós-graduação, tem assumido cada vez mais um perfil expositivo, pois ao término de cada ciclo de avaliação, sentencia e expõe o professor perante o seu público (conjunto de agentes), classificando-o como produtivo ou improdutivo conforme a produção apresentada no período.

Esta ação tem desencadeado junto à administração dos Programas de Pós-Graduação, determinadas reações e a instituição de procedimentos para a inserção ou a exclusão (credenciamento/descredenciamento) de professores no corpo docente do Programa, estratégia utilizada para melhorar a média de publicação na avaliação da CAPES. A referida prática foi comprovada pela análise dos regimentos dos programas de pós-graduação da UEL.

Para exemplificar um pouco o contexto e os dilemas vivenciados pelos Programas de Pós-Graduação quanto ao credenciamento ou descredenciamento de docentes, transcrevo parte do Regulamento de um Programa de Pós-Graduação da UEL com o conceito 5 (cinco) na avaliação da CAPES:

[...] Art. 4º O credenciamento de docentes no Programa deverá ser solicitado pelo interessado à Comissão Coordenadora.

§ 1º O proponente deverá apresentar à Comissão Coordenadora:

- I. Carta manifestando seu interesse de credenciamento no Programa;
- II. Comprovante do título de Doutor ou equivalente;
- III. Proposição de disciplinas a serem ministradas semestralmente;
- IV. *Curriculum Vitae* comprovando:
  - a) Número de publicações, nos últimos três anos, igual ou superior ao exigido para obtenção de conceito “Muito Bom” ou equivalente, na avaliação da CAPES, no item de “Número médio de artigos publicados em periódicos do *Qualis* da área por docente permanente por ano” ou equivalente;
  - b) Experiência em orientação concluída de: 02 (dois) estudantes de graduação que desenvolveram monografia ou trabalho de conclusão de curso ou; 02 (dois) estudantes de iniciação científica ou; 01 (uma) co-orientação / orientação de estudante de Mestrado / Doutorado.

§ 2º Caberá à Comissão Coordenadora analisar o pedido, verificando o enquadramento de sua experiência científica com as linhas de pesquisa do Programa e emitir um parecer.

Art. 5º O descredenciamento de docente do Programa ocorrerá quando solicitado pelo próprio ou quando este não atender a um dos seguintes requisitos:

- I. Número de publicações, nos últimos três anos, igual ou superior ao exigido para obtenção de conceito “Regular” ou equivalente na avaliação da CAPES, no item de “Número médio de artigos publicados em periódicos do *Qualis* da área por docente permanente por ano” ou equivalente;
- II. Finalização de pelo menos 1 (uma) orientação de estudante de mestrado ou doutorado, nos últimos três anos.

Parágrafo único. Caberá à Comissão Coordenadora analisar o número de publicações e de orientações de cada docente do Programa, a cada período que antecede o envio à PROPPG do número de vagas para seleção de Mestrado ou Doutorado, descredenciando aqueles que não atingiram os requisitos exigidos. [...] (UEL/Resolução CEPE Nº 0175/2008)

As relações que envolvem o gerenciamento administrativo e o planejamento acadêmico dos agentes vêm determinando as representações no campo da pós-graduação, assim, as reações e estratégias adotadas pelos Programas de Pós-Graduação funcionam como mecanismos de permanência e ascensão, sendo periodicamente ajustados em conformidade com as regras convencionadas pelos dominantes.

No contato com as fichas de avaliação da CAPES, os comentários dos avaliadores (dominantes) demonstram de forma muito direta as diferenças de capital científico entre os Programas de Pós-Graduação, já que os mesmos seguem regras pré-definidas.

Na hierarquia do campo da pós-graduação, os Programas de Pós-Graduação classificados com o conceito 3 apresentam em suas fichas de avaliação um desempenho que oscila, predominantemente, entre os parâmetros tidos como “fraco”, “regular” e “bom”:

**Tabela 5 - Desempenho dos Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu* da UEL que obtiveram o conceito 3 em duas ou mais avaliações da CAPES (triênios 2001/2003, 2004/2006 e 2007/2009)**

### 1) Análise do Comportamento (M)

Início do Curso	Aval. Trienal	Conceito	Proposta do Programa	Corpo Docente	Corpo Discente, Teses e Dissert.	Produção Intelectual	Inserção Social
2005	2007/2009	3	Regular	Regular	Regular	Regular	Fraco
	2004/2006	3	Bom	Bom	Não aplicável	Fraco	Regular

### 2) Ciências Sociais (M)

Início do Curso	Aval. Trienal	Conceito	Proposta do Programa	Corpo Docente	Corpo Discente, Teses e Dissert.	Produção Intelectual	Inserção Social
2000	2007/2009	3	Bom	Bom	Bom	Regular	Bom
	2004/2006	3	Bom	Regular	Bom	Fraco	Bom

Aval. Trienal	Conceito	Proposta do Programa	Corpo Docente	Atividade de Pesq.	Ativid. de Formação	Corpo Discente	Teses e Dissert.	Produção Intelectual
2001/2003	3	Adequada	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Fraco

### 3) Direito Negocial (M)

Início do Curso	Aval. Trienal	Conceito	Proposta do Programa	Corpo Docente	Corpo Discente, Teses e Dissert.	Produção Intelectual	Inserção Social
1978	2007/2009	3	Bom	Bom	Bom	Fraco	Bom
	2004/2006	4	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom

Aval. Trienal	Conceito	Proposta do Programa	Corpo Docente	Atividade de Pesq.	Ativid. de Formação	Corpo Discente	Teses e Dissert.	Produção Intelectual
2001/2003	4	Adequada	Bom	Bom	Bom	Muito Bom	Muito Bom	Bom

#### 4) Educação (M)

Início do Curso	Aval. Trienal	Conceito	Proposta do Programa	Corpo Docente	Corpo Discente, Teses e Dissert.	Produção Intelectual	Inserção Social
1994	2007/2009	3	Muito Bom	Bom	Bom	Regular	Bom
	2004/2006	3	Bom	Bom	Bom	Regular	Fraco

Aval. Trienal	Conceito	Proposta do Programa	Corpo Docente	Atividade de Pesq.	Atividade de Formação	Corpo Discente	Teses e Dissert.	Produção Intelectual
2001/2003	3	Adequada	Bom	Regular	Bom	Muito Bom	Bom	Regular

#### 5) Engenharia de Edificações e Saneamento (M)

Início do Curso	Aval. Trienal	Conceito	Proposta do Programa	Corpo Docente	Corpo Discente, Teses e Dissert.	Produção Intelectual	Inserção Social
2003	2007/2009	3	Bom	Bom	Bom	Fraco	Bom
	2004/2006	3	Regular	Regular	Bom	Fraco	Regular

Aval. Trienal	Conceito	Proposta do Programa	Corpo Docente	Atividade de Pesq.	Atividade de Formação	Corpo Discente	Teses e Dissert.	Produção Intelectual
2001/2003	3	Adequada	Regular	Regular	Bom	Bom	Não Aplicável	Regular

#### 6) Engenharia Elétrica (M)

Início do Curso	Aval. Trienal	Conceito	Proposta do Programa	Corpo Docente	Corpo Discente, Teses e Dissert.	Produção Intelectual	Inserção Social
2002	2007/2009	3	Bom	Regular	Bom	Regular	Bom
	2004/2006	3	Bom	Bom	Fraco	Fraco	Bom

Aval. Trienal	Conceito	Proposta do Programa	Corpo Docente	Atividade de Pesq.	Atividade de Formação	Corpo Discente	Teses e Dissert.	Produção Intelectual
2001/2003	3	Adequada	Bom	Bom	Regular	Bom	Deficiente	Fraco

Por outro lado, aqueles Programas de Pós-Graduação da UEL que habitam o grupo do conceito 5, apresentam desempenho “muito bom” nos quesitos avaliados pela CAPES (Tabela 6).

**Tabela 6 - Programas de Pós-Graduação da UEL com conceito 5 na avaliação do triênio 2007/2009**

<b>PROGRAMAS DA UEL</b>	<b>Início do Curso</b>	<b>Conceito</b>	<b>Proposta do Programa</b>	<b>Corpo Docente</b>	<b>Corpo Discente, Teses e Dissert.</b>	<b>Produção Intelectual</b>	<b>Inserção Social</b>
Agronomia (M/D)	M = 1994 D = 2000	5	Muito Bom	Muito Bom	Muito Bom	Muito Bom	Muito Bom
Ciência Animal (M/D)	M = 1992 D = 2002	5	Muito Bom	Muito Bom	Muito Bom	Muito Bom	Muito Bom
Ciência de Alimentos (M/D)	M = 1976 D = 1990	5	Muito Bom	Muito Bom	Muito Bom	Bom	Muito Bom
Ensino de Ciências e Educação Matemática (M/D)	M = 2002 D = 2007	5	Muito Bom	Muito Bom	Muito Bom	Bom	Bom
Genética e Biologia Molecular (M/D)	M = 1989 D = 2009	5	Muito Bom	Muito Bom	Muito Bom	Muito Bom	Muito Bom
Patologia Experimental (M/D)	M = 2002 D = 2007	5	Muito Bom	Muito Bom	Muito Bom	Muito Bom	Muito Bom

Confrontando as tabelas 5 e 6 pressupõe que há desequilíbrio no interior da instituição, ou seja, a distância que separa os dois grupos somente pode ser compreendida se for analisado os fatores históricos envolvidos na formação de cada grupo, de cada área de pesquisa, fatores estes que foram determinantes no acúmulo de competência científica das respectivas áreas de conhecimento.

Há outro fator que influencia determinantemente o desempenho dos Programas de Pós-Graduação, refiro-me a presença de docentes que recebem bolsa produtividade do CNPq (PQ), já que para a manutenção da referida bolsa os mesmos devem manter uma certa regularidade e qualidade nas produções científicas, isto conseqüentemente, melhora a performance dos Programas junto aos quesitos avaliados pela CAPES.

Na tabela 7 está demonstrado que os maiores percentuais de docentes PQ/CNPq concentram-se nos Programas de Pós-Graduação com o conceito 5, paradoxalmente, nos que possuem o conceito 3 o percentual é mínimo e em alguns casos inexistente. Não segue a tendência os Programas de Pós-Graduação em Bioenergia e em Toxicologia Aplicada à Vigilância Sanitária, ambos com conceito 3 e 60% do corpo docente são bolsistas produtividade.

No caso da Bioenergia, trata-se de um curso criado em rede estadual, portanto, o corpo docente foi constituído pelos docentes mais produtivos das seis IES do Estado que participam da associação (UEL, UEM, UEPG, UNICENTRO, UNIOESTE e UFPR).

Quanto a Toxicologia Aplicada à Vigilância Sanitária, este foi um Curso de Mestrado Profissional criado para capacitar profissionais da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), portanto, seu corpo docente permanente é diversificado e muitos dos docentes são de outros Programas de Pós-Graduação ou de outras IES.

**Tabela 7 - DOCENTES PQ/CNPq (PRODUTIVIDADE EM PESQUISA) VINCULADOS AOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* DA UEL**

PROGRAMAS	Conceito	PQ (CNPq)	Docentes Permanentes (total)
Administração (M)	3	0 (0%)	9
Análise do Comportamento (M)	3	0 (0%)	8
Bioenergia (Curso em Rede) – M	3	14 (60,8%)	23
Ciência da Computação (M)	3	1 (14,2%)	7
Ciência da Informação (M)	3	0 (0%)	8
Ciências da Reabilitação – UEL/UNOPAR (M)	3	2 (15,3%)	13
Ciências Sociais (M)	3	3 (21,4%)	14
Comunicação (M)	3	0 (0%)	8
Direito Negocial (M)	3	0 (0%)	14
Economia Regional (M)	3	1 (7,6%)	13
Educação (M)	3	2 (12,5%)	16
Enfermagem (M)	3	0 (0%)	10
Engenharia de Edificações e Saneamento (M)	3	0 (0%)	8
Engenharia Elétrica (M)	3	1 (12,5%)	8
Filosofia (M)	3	0 (0%)	15
História Social (M)	3	1 (0,5%)	20
Matemática Aplicada e Computacional (M)	3	0 (0%)	11
Odontologia (M)	3	0 (0%)	11
Toxicologia Aplicada à Vigilância Sanitária (MP)	3	14 (63,6%)	22
Biotecnologia (M/D)	4	3 (23%)	13
Ciências Biológicas (M/D)	4	5 (38,4%)	13
Ciências da Saúde (M/D)	4	2 (11%)	18
Educação Física – UEL/UEM (M/D)	4	6 (22,2%)	27
Estudos da Linguagem (M/D)	4	3 (18,7%)	16
Física (M/D)	4	7 (58,3%)	12
Geografia (M/D)	4	2 (11%)	18
Letras (M/D)	4	2 (16,6%)	12
Microbiologia (M/D)	4	6 (50%)	12
Química (M)	4	4 (30,7%)	13
Química – UEL/UNICENTRO/UEPG (D)	4	7 (33,3%)	21
Saúde Coletiva (M/D)	4	1 (8,3%)	12
Serviço Social e Política Social (M/D)	4	2 (16,6%)	12
Agronomia (M/D)	5	11 (47,8%)	23
Ciência Animal (M/D)	5	10 (66,6%)	15
Ciência de Alimentos (M/D)	5	5 (41,6%)	12
Ensino de Ciência e Ed. Matemática (M/D)	5	5 (41,6%)	12
Genética e Biologia Molecular (M/D)	5	11 (91,6%)	12
Patologia Experimental (M/D)	5	4 (33,3%)	12

Fonte: UEL/PROPPG

Após analisar as fichas de avaliação de dois dos Programas de Pós-Graduação da UEL (triênios 2007/2009), com conceito 3 (três), identificou-se que de fato, as áreas de avaliação da CAPES valorizam sobremaneira determinadas insígnias correntes no campo da pós-graduação (consultoria *ad hoc*, bolsa produtividade, etc), neste caso específico, o quesito avaliado – corpo docente – foi concebido com baixo mérito científico, vejam os pareceres:

[...] O Programa possui um professor do corpo permanente com bolsa em Pesquisa da Fundação Araucária. Não há bolsistas de Produtividade do CNPq. O corpo docente tem uma discreta participação em comitês de avaliação e consultorias ad hoc a agências de fomento em âmbito estadual e a publicações científicas. [...] (CAPES/Ficha de Avaliação/Análise do Comportamento - UEL/Triênio 2007/2009)

[...] O quadro de docentes do Programa é jovem e apresenta formação de qualidade. O número de bolsistas de Produtividade em Pesquisa CNPq é pouco expressivo (apenas um) e o corpo docente não conta com lideranças reconhecidas pela comunidade acadêmica. [...] (CAPES/Ficha de Avaliação/Engenharia Elétrica - UEL/Triênio 2007/2009)

Constatou-se ainda nas fichas de avaliação a interferência de outros campos. Na concepção do corpo de avaliadores da CAPES, a performance da produção do corpo docente de um determinado Programa, foi supostamente prejudicada pela interferência do campo político:

[...] Três preocupações foram enfatizadas: primeiramente, as dificuldades institucionais para a contratação de professores; em segundo lugar, a necessidade de melhoria da infra-estrutura de apoio do curso, no referente às instalações (prédio e salas), e de ampliação do corpo de funcionários; finalmente, as dificuldades de participação em encontros acadêmicos, limitada pela política estadual, que não concede licenças para a participação em eventos externos ao Estado. [...] (CAPES/Ficha de Avaliação/Ciências Sociais - UEL/Triênio 2007/2009)

Já sinalizado anteriormente, o produtivismo acadêmico é o baluarte da política pública idealizada para as universidades públicas, que foram reconfiguradas a partir da valorização da pesquisa e da pós-graduação. Como bem assinalam Sguissardi e Silva Júnior (2009), houve uma “supervalorização” da pós-graduação.

Para o professor-pesquisador engajado, agente constantemente medido e acompanhado pelo Programa de Pós-Graduação e pelas agências de regulação e fomento, sua produção científica em escala permanente, tornou-se sinônimo de barganha, como bem assinalam Fonseca e Oliveira (2010, p. 126):

[...] A realidade da pós-graduação brasileira evidencia uma forte pressão externa, sobre os programas e seus docentes, proveniente das agências avaliadoras e financiadoras, Capes e CNPq. Observa-se que os meios e as formas de pressão dessas agências são fortes o suficiente para influenciar a produção do conhecimento e o *modus operandi* do trabalho acadêmico. Ao lado da pressão inerente aos critérios de financiamento, outros problemas são típicos de uma universidade com o perfil de médio porte e em processo de metamorfose. Um deles diz respeito ao atrelamento da pesquisa e da extensão às demandas do contexto local e regional. Esse apoio, evidentemente, atrai e seduz boa parte dos pesquisadores da instituição que passam a prestar serviços ou receber bolsas para o aumento de seus vencimentos. [...]

No modelo da atual da universidade pública, fundamentalmente produtivista, os Programas de Pós-Graduação das ciências “duras” (agrárias, biológicas, exatas e da terra) responderam melhor às demandas relacionadas a resultados e produção em larga escala, possivelmente, porque os objetos de pesquisa e o formato dos produtos se adaptam com maior eficiência e eficácia ao modelo produtivista. Como exemplo na UEL, temos os três Programas nota 5 do Centro de Ciências Agrárias.

A tabela 8 que foi elaborada a partir das informações disponibilizadas no site da CAPES, ilustra que dentro de cada nível de conceito, ou melhor, dos conceitos 5, 6 e 7, as áreas que lideram são respectivamente: agrárias, biológicas e exatas e da terra.

**Tabela 8 – Relação Conceito/Área/Número de Programas no Brasil**

CONCEITO	ÁREA	Programas por conceito	Total de Programas	Percentual de Programas no respectivo conceito
5	<b>Agrárias</b>	<b>82</b>	<b>392</b>	<b>20,9%</b>
	Saúde	116	594	19,5%
	Humanas	86	529	16,2%
6	<b>Biológicas</b>	<b>29</b>	<b>289</b>	<b>10,0%</b>
	Exatas e da Terra	27	309	8,7%
	Saúde	42	594	7,0%
7	<b>Exatas e da Terra</b>	<b>24</b>	<b>309</b>	<b>7,7%</b>
	Biológicas	17	289	5,8%
	Engenharias	17	394	4,3%
	Humanas	19	529	3,6%
		459	4228	

Fonte: CAPES/CURSOS POR CONCEITO/ÁREA - nov.-2013

Ao analisarmos os percentuais convencionados pelas áreas da CAPES para os quesitos da avaliação do triênio 2007/2009 (Tabela 9), destacam-se os dois itens que mais se alinham com o produtivismo científico: corpo docente, teses e dissertações; e produção intelectual. As características inerentes aos referidos itens correspondem à capacidade que o Programa de Pós-Graduação tem em cumprir as metas definidas pelo campo, em outras palavras, produzir em quantidade e em tempo objetivado.

**Tabela 9 - PONDERAÇÃO DOS QUESITOS POR ÁREA DE AVALIAÇÃO DA CAPES – TRIÊNIO 2007/2009**

Área de Avaliação (CAPES)	Programas da UEL	Proposta do Programa (I)	Corpo Docente (II)	Corpo Discente, Teses e Dissert. (III)	Produção Intelectual (IV)	Inserção Social (V)
42 – Ciências Agrárias I	Agronomia (M/D)	0%	20%	30%	40%	10%
37 – Psicologia	Análise do Comportamento (M)	0%	15%	35%	35%	15%
45 – Interdisciplinar	Biotecnologia (M)	0%	15%	30%	40%	15%
24 – Medicina Veterinária	Ciência Animal (M/D)	0%	20%	30%	40%	10%
6 – Ciências Biológicas I	Ciências Biológicas (M)	0%	20%	35%	35%	10%
2 – Ciência da Computação	Ciência da Computação (M)	0%	20%	30%	40%	10%
25 – Ciências de Alimentos	Ciência de Alimentos (M/D)	0%	20%	30%	40%	10%
34 – Sociologia	Ciências Sociais (M)	0%	20%	30%	40%	10%
31 – Ciências Sociais Aplicadas I	Comunicação (M)	0%	20%	30%	40%	10%
26 – Direito	Direito Negocial (M)	0%	20%	30%	40%	10%
28 – Economia	Economia Regional (M)	0%	20%	35%	35%	10%
38 – Educação	Educação (M)	0%	15%	35%	35%	15%
21 – Educação Física	Educação Física UEL/UEM (M)	0%	15%	30%	40%	15%
10 – Engenharias I	Engenharia de Edif. e Saneamento (M)	0%	20%	35%	35%	10%
14 – Engenharias 4	Engenharia Elétrica (M)	0%	20%	35%	35%	10%
46 – Ensino de Ciências e Matemática	Ensino de Ciências e Ed. Matem. (M/D)	0%	15%	35%	35%	15%
41 – Letras/Linguística	Estudos da Linguagem (M/D)	0%	20%	30%	40%	10%
3 – Astronomia/Física	Física (M/D)	0%	20%	35%	35%	10%

6 – Ciências Biológicas I	Genética e Biol. Molecular (M/D)	0%	20%	35%	35%	10%
36 – Geografia	Geografia (M)	0%	15%	35%	35%	15%
31 – Ciências Sociais Aplicadas I	Gestão da Informação (MP)	0%	20%	30%	40%	10%
22 – Saúde Coletiva	Gestão de Serviços de Saúde (MP)	0%	15%	30%	40%	15%
40 – História	História Social (M)	0%	20%	35%	35%	10%
41 – Letras/Linguística	Letras (M/D)	0%	20%	30%	40%	10%
1 – Matemática/ Probabilidade e Estatística	Matemática Aplicada e Computacional (M)	0%	20%	30%	40%	10%
9 – Ciências Biológicas III	Microbiologia (M/D)	0%	20%	30%	40%	10%
16 – Medicina II	Patologia Experimental (M/D)	0%	20%	30%	40%	10%
4 – Química	Química (M/D)	0%	20%	35%	35%	10%
22 – Saúde Coletiva	Saúde Coletiva (M/D)	0%	15%	30%	40%	15%
32 – Serviço Social	Serviço Social e Política Social (M)	0%	20%	30%	40%	10%

Os autores Trein e Rodrigues (2011) trazem uma analogia entre o conhecimento científico e a produção em uma fábrica dentro do contexto mercantil da sociedade:

[...] Embora o conhecimento científico não seja em nada similar a uma mesa ou uma cadeira, para que o conhecimento seja efetivamente convertido em mercadoria é necessário que a sua produção emule a produção de outras mercadorias. Em outras palavras, a produção do conhecimento precisa ser submetida a métodos, processo e finalidades o mais próximos possíveis à produção mercantil de outras mercadorias. [...] (TREIN; RODRIGUES, 2011, p. 125)

No campo científico, mais especificamente, no campo da pós-graduação do Brasil, a classificação dos Programas é um procedimento que segue regras pré-definidas por agentes qualificados pelo próprio campo, oficializadas nos documentos de área e disponibilizadas publicamente no *site* da CAPES. Pela teoria do campo científico de Bourdieu (2004), pode-se dizer que ao final da avaliação de um ciclo (três anos), o conceito atribuído para um Programa de Pós-Graduação corresponde ao estágio em que se encontra o mesmo, ou seja, o quanto este dispõe de capital simbólico (reconhecimento científico) frente aos indicadores fixados pela área de avaliação.

Enfim, cabe lembrar que a sistemática de avaliação da CAPES, que dimensiona quantitativamente e qualitativamente o capital acumulado por um Programa de

Pós-Graduação durante o período avaliado, é uma prática legítima e aceita de forma geral pelos agentes do campo, pois o ingresso de qualquer agente pressupõe a tácita concordância com os critérios dispostos, bem como a posição designada inicialmente aos recém chegados.

#### **4.2 Conversão do Capital Científico em Fomento Financeiro: Privilégio Legítimo**

Com uma citação emblemática, o Plano Nacional de Pós-Graduação (2011/2020) vigente recorre à Constituição Federal para reforçar e legitimar a missão do Estado investidor/financiador da ciência e tecnologia:

[...] Tomando-se como base o parágrafo 3º do Art. 218 da Constituição, que estabelece: “O Estado apoiará a formação de recursos humanos nas áreas de ciências, pesquisa e tecnologia, e concederá aos que dela se ocupem meios e condições especiais de trabalho”, fica claro que o Estado tem um papel preponderante no financiamento da pós-graduação. [...] (PNPG 2011-2020, 2010, p. 31-32)

Este Estado financiador tem utilizado as regras de conversão de capital que transmuta o simbólico em material (recursos). Seguindo a convenção definida pelos dominantes do campo da pós-graduação, entendem que a quantia de financiamento deva ser proporcional ao capital científico do grupo (reconhecimento da competência).

Os capítulos anteriores demonstraram que a difusão do campo da pós-graduação se deu a partir da reforma do Estado, motivada pelas demandas da economia de mercado e transnacionalização do capital que induziram as universidades públicas a adotarem um formato institucional e organização do trabalho configurado pelo produtivismo acadêmico.

O modelo de sociedade em que a base econômica está disposta nas premissas do conhecimento pragmático, na qual a finalidade, tal qual uma mercadoria, tem um desfecho utilitário, exigiu do Estado uma postura “intervencionista” e “determinista”, moldando os saberes e fazeres das universidades públicas, já que na dinâmica do capitalismo é natural produzir para consumir.

As análises apresentadas por Sguissardi e Silva Junior (2009, p. 62), apontam para postulados que associam a pós-graduação ao mercado econômico:

[...] o núcleo da ideologia do produtivismo acadêmico, como política de Estado e de cultura institucional, tem como sua mais completa tradução, no âmbito filosófico, o pragmatismo, e no âmbito econômico, a

mercadorização da ciência e da inovação tecnológica, o que torna, com a pós-graduação, nos moldes atuais, o pólo gerador de uma reforma da instituição universitária que tende a colocá-la a reboque do mercado. [...]

No campo da pós-graduação a conversão do capital científico (simbólico) em capital econômico (subsídios financeiros), segue a lógica da economia de mercado e do sistema de produção, ou seja, o produto do trabalho do docente-pesquisador envolvido com a pós-graduação, sob a égide do produtivismo acadêmico, é convertido pelas agências de controle e fomento em recursos financeiros.

Para Bourdieu (1983, p. 127), no campo científico existe uma luta pelo reconhecimento da autoridade científica; assim aqueles que alcançam esta espécie de capital social “assegura um poder sobre os mecanismos constitutivos do campo e que pode ser reconvertido em outras espécies de capital”.

Portanto, tornou-se inconcebível uma política nacional de pós-graduação com financiamento reduzido, pois às atividades relacionadas com o desenvolvimento científico e tecnológico pressupõe infra-estrutura adequada, capacitação de pessoal, intercâmbio e custos diversos. Um dos principais programas de fomento da CAPES, denominado PROAP - Programa de Apoio à Pós-Graduação, apresenta como objetivos:

- [...] I - apoio às atividades inovadoras dos programas de pós-graduação, voltadas para o seu desenvolvimento acadêmico, visando oferecer formação cada vez mais qualificada e diversificada aos estudantes de pós-graduação;
- II - utilização dos recursos disponíveis à titulação de mestres e doutores em número capaz de atender as principais necessidades da demanda nacional e em tempo adequado;
- III - acesso aos recursos direcionados ao custeio das atividades acadêmicas e de pesquisa dos programas de pós-graduação relacionadas aos estudos de dissertação e tese dos estudantes de pós-graduação e à manutenção e desenvolvimento desses programas; e
- IV - apoio ao desenvolvimento dos trabalhos de planejamento, definição e execução da política Institucional de pós-graduação e a articulação da participação da IES no PROAP. [...] (CAPES/Portaria nº 64, de 24 de março de 2010, p. 2)

Assim, o capital científico é para o docente-pesquisador, para o Programa de Pós-Graduação *Stricto sensu* e para a IES a “moeda de troca” junto às agências de fomento, seu valor social (simbólico) é convertido em recursos financeiros, que são a essência do processo que movimenta o produtivismo acadêmico no âmbito das instituições de ensino superior e da política nacional.

A conversão do conhecimento-mercadoria em capital econômico beneficia com as maiores cifras os agentes dominantes reconhecidos pelos pares-concorrentes. Na regra

da recompensa pelo mérito científico, podemos deduzir que os dominantes estimam que o custo seja mais elevado para os Programas com conceito 5, 6 e 7, pressupondo existir uma diversidade e complexidade nas atividades dos mesmos, tais como, taxas com publicações em periódicos qualificados (geralmente os estrangeiros), participação em eventos internacionais, intercâmbio de estudantes<sup>11</sup>, infra-estrutura para desenvolvimento de tecnologias avançadas, promover a vinda de pesquisadores renomados, etc.

Vejam que a política pública calcada nas premissas pragmáticas do produtivismo acadêmico-científico garantiu seu espaço no orçamento da união, na contra-mão subjogou a suposta autonomia das IES (também dos Programas de Pós-Graduação). Neste preâmbulo, Silva e Silva Júnior (2010, p. 227), sustentam a seguinte interpretação:

[...] no contexto de hegemonia do pragmatismo tecnológico-científico se verifica progressivamente a submissão das pautas de pesquisas ao mercado e ao sistema produtivo. A articulação entre Ciência e Tecnologia e a subsunção do saber ao capital, concretizada por meio da gestão do fundo público direcionado à sua valoração, pode ser compreendida como predominante, afetando todas as áreas e instituições de educação superior. [...]

A próxima tabela (Tabela 10) foi concebida a partir do repasse de verbas do PROAP pela CAPES aos Programas de Pós-Graduação da UEL nos últimos 5 (cinco) anos. Para efeito de comparação, selecionamos os Programas que são o objeto desta pesquisa, ou seja, os com conceito 3 e 5.

Analisando a correlação do conceito com o valor repassado, fica evidente que os Programas com maior capital científico (conceito 5) recebem quantias maiores, tudo dentro da lógica do merecimento. As diferenças de valores de PROAP são acentuadas, mas são legítimas e incontestáveis entre os agentes do campo, em especial, por aqueles com pouca autoridade científica.

---

<sup>11</sup> O Governo Federal (Capes e CNPq) anunciou para o Programa Ciência sem Fronteiras (cujo objetivo principal é a internacionalização) a implementação até 2015 de 24.600 bolsas para Doutorado Sanduíche; 9.790 bolsas para Doutorado Pleno e 11.560 bolsas para Pós-Doutorado. Os números apresentados são expressivos e demonstram que a política que fundamenta o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia segue as diretrizes mercadológicas defendidas por organismos transnacionais (Banco Mundial, UNESCO, OCDE, entre outros). Fonte: <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/pos-graduacao-doutorado>

**Tabela 10 - RECURSOS REPASSADOS PELA CAPES PELO PROAP (Programa de Apoio à Pós-Graduação) 2009 a 2013**

<u>PROGRAMAS</u>	Conceito	2009 (R\$)	2010 (R\$)	2011 (R\$)	2012 (R\$)	2013 (R\$)
Direito Negocial (M)	3	25.000,00	25.000,00	29.000,00	31.000,00	32.000,00
Educação (M)	3	22.000,00	22.000,00	26.000,00	28.000,00	28.000,00
Ciências Sociais (M)	3	21.000,00	21.000,00	27.000,00	28.000,00	28.000,00
Engenharia Elétrica (M)	3	34.000,00	26.000,00	36.000,00	40.000,00	40.000,00
Engenharia de Edificações e Saneamento (M)	3	26.000,00	26.000,00	28.000,00	40.000,00	40.000,00
Análise do Comportamento (M)	3	19.000,00	19.000,00	28.000,00	34.000,00	34.000,00
Ciência de Alimentos (M/D)	5	90.000,00	90.000,00	110.000,00	110.000,00	112.000,00
Genética e Biologia Molecular (M/D)	5	54.000,00	54.000,00	88.000,00	118.000,00	130.000,00
Ciência Animal (M/D)	5	72.000,00	72.000,00	132.000,00	154.000,00	170.000,00
Agronomia (M/D)	5	90.000,00	90.000,00	162.000,00	176.000,00	192.000,00
Ensino de Ciência e Ed. Matemática (M/D)	5	36.600,00	36.600,00	56.000,00	69.200,00	71.200,00
Patologia Experimental M/D)	5	44.000,00	52.000,00	76.000,00	106.000,00	114.000,00

Fonte: UEL/PROPPG

Os documentos de área da avaliação da CAPES a cada triênio tem fixado indicadores de alto grau de realização, ou seja, para os Programas se manterem no topo da hierarquia faz-se necessários investimentos de grande monta e planejamento para a produção, ratificando os repasses com valores distintos.

A análise sociológica sobre a conversão do capital científico deve ultrapassar a suposta realidade desvendada, na qual as disposições incorporadas pelos agentes os fazem “aceitar” as distinções relacionadas ao mérito (por exemplo: repasses financeiros diferenciados).

Aquém deste processo de naturalização dos fatos, há fenômenos sociais, psíquicos, culturais etc, que estão alterando (deteriorando) as relações humanas no espaço de trabalho das instituições de ensino superior públicas. Para Lima (2013), a universidade produtivista tornou-se um espaço de hostilidades e desumanidades:

[...] Conforme está estruturada, a universidade produtivista não é lugar para amizades genuínas, nem para adquirir sabedoria prática de saber como viver nela ou “existir” na sociedade. Os antigos professores-cultos ou intelectuais hoje são substituídos pelos professores-produtivos. Mesmo os críticos do sistema Lattes, reproduzem a servidão voluntária. Existe ainda os professores-ideológicos ou políticos, sempre prontos a atacar supostos “inimigos do povo”, e sempre prontos a formar o espírito de horda selvagem, para lutar por uma bandeira ou defender um

cupincha. Cairá em desgraça aquele que ousar enfrentar tal horda selvagem. Ele morrerá simbolicamente para possíveis bancas, convites para projetos, reuniões específicas, etc. Alguém disse que a universidade não é preciso matar de fato, basta tornar o colega invisível ou mesmo inexistente no seu espaço de trabalho. [...] (LIMA, 2013, p. 83).

Ainda existe uma faceta relacionada ao uso privativo dos bens adquiridos com as verbas oriundas da conversão do capital científico (equipamentos, laboratórios etc). Segundo Bosi (2007, p.1514), nas Instituições de Ensino Superior, as áreas e os grupos ditos produtivos, sentem-se responsáveis e usuários natos dos referidos bens, excluindo aqueles que não integram o grupo de pesquisa ou o corpo docente do Programa de Pós-Graduação. Assim a competição que impera no âmbito do trabalho dos professores foi naturalizada:

[...] Envolvidos nesse ambiente de intensa competitividade – onde é uma constante o estímulo ao espírito empreendedor e competitivo – torna-se difícil a produção de uma identidade que se dê pela percepção de que é preciso organização e mobilização para mudança desse sistema. Ao contrário, o padrão que é socializado deita raízes em práticas e valores individualistas cuja racionalidade se expressa na diferença entre ser produtivo e improdutivo. A competição é naturalizada, tornando-se a regra. A escassez de recursos para pesquisa (e para o trabalho docente em geral) também é naturalizada e se transforma em realidade que avaliza a “competência” dos que conseguem acessar tais recursos. [...] (BOSI, 2007, p. 1517).

O processo de formação do campo da pós-graduação foi ao longo do tempo inculcando e reproduzindo uma cultura acadêmico-científica identificada com a competitividade, na qual o discurso dos “bem-sucedidos” foi imperativo para legitimar a política de financiamento para os pesquisadores e instituições exitosas. Logo, o espaço social das universidades que outrora representava (ou imaginava-se) uma congregação de pessoas cultas, foi transformado em arena de disputas dissimuladas e vaidades arbitrarias.

A pós-graduação alinhavada com órgãos de regulação e financiamento intensificou a cultura da classificação dos docentes pela análise comparativa dos respectivos currículos armazenados na plataforma lattes do CNPq, o *status* conferido a pós-graduação *stricto sensu* tornou-a uma estrutura seletiva, dotada não somente de poder simbólico pelo reconhecimento científico, mas como uma estafe de influência política e administrativa.

O número de bolsas de Mestrado e Doutorado destinadas aos estudantes dos Programas de Pós-Graduação (Tabela 11) reforça a “métrica” meritocrática utilizada pela CAPES na concessão de recursos financeiros do PROAP. Vejam que os Programas com os conceitos mais elevados ou áreas consideradas estratégicas garantem quantidade de bolsa

mais expressiva, o tratamento com diferenciações está formalizado na Portaria que regulamenta o Programa Demanda Social:

[...] Art. 7 °. As definições do número de bolsas obedecerão aos seguintes requisitos:

I – política de apoio prioritário às áreas estratégicas estabelecidas pela CAPES;

II - característica, localização, dimensão e desempenho do curso;

III - necessidades de formação mais prementes verificadas no país, sempre que resultante de diagnóstico e estudos. [...] (Portaria CAPES N° 76, de 14/04/2010, p. 4).

**Tabela 11 - NÚMERO DE BOLSAS CAPES/DEMANDA SOCIAL CONCEDIDAS EM 2013**

<b>PROGRAMAS</b>	<b>Cursos</b>	<b>Conceito</b>	<b>Início do Curso</b>	<b>Número de Bolsas</b>
Administração	M	3	2010	11
Análise do Comportamento	M	3	2005	12
Bioenergia (Curso em Rede)	M	3	2010	8
Ciência da Computação	M	3	2008	11
Ciência da Informação	M	3	2012	2
Ciências da Reabilitação – UEL/UNOPAR	M	3	2010	9
Ciências Sociais	M	3	2000	12
Comunicação	M	3	2008	11
Direito Negocial	M	3	1978	16
Economia Regional	M	3	2009	11
Educação	M	3	1994	12
Enfermagem	M	3	2010	5
Engenharia de Edificações e Saneamento	M	3	2003	12
Engenharia Elétrica	M	3	2001	12
Filosofia	M	3	2010	8
História Social	M	3	2007	13
Matemática Aplicada e Computacional	M	3	2007	9
Odontologia	M	3	2010	9
<b>Agronomia</b>	<b>M</b>	<b>5</b>	<b>1994</b>	<b>28</b>
	<b>D</b>	<b>5</b>	<b>2000</b>	<b>30</b>
<b>Ciência Animal</b>	<b>M</b>	<b>5</b>	<b>1992</b>	<b>25</b>
	<b>D</b>	<b>5</b>	<b>2002</b>	<b>26</b>
<b>Ciência de Alimentos</b>	<b>M</b>	<b>5</b>	<b>1976</b>	<b>18</b>
	<b>D</b>	<b>5</b>	<b>1990</b>	<b>15</b>
<b>Ensino de Ciência e Educação Matemática</b>	<b>M</b>	<b>5</b>	<b>2001</b>	<b>24</b>
	<b>D</b>	<b>5</b>	<b>2007</b>	<b>13</b>

<b>Genética e Biologia Molecular</b>	<b>M</b>	<b>5</b>	<b>1989</b>	<b>25</b>
	<b>D</b>	<b>5</b>	<b>2009</b>	<b>16</b>
<b>Patologia Experimental</b>	<b>M</b>	<b>5</b>	<b>2001</b>	<b>23</b>
	<b>D</b>	<b>5</b>	<b>2007</b>	<b>13</b>

Legenda: M = Mestrado; D = Doutorado

Fonte: UEL/PROPPG

Limitamo-nos em analisar dois programas de fomento do governo federal gerenciados pela CAPES: o PROAP, que destina recursos financeiros para a execução dos cursos; a Demanda Social, que tem como meta à concessão de bolsas de estudos; mas ressaltamos que são muitas as fontes de financiamento e modalidades de fomento para os docentes-pesquisadores da pós-graduação, que seguem o mesmo processo de conversão de capital.

Na pesquisa realizada por Souza (2012) ficou comprovado que no Estado do Paraná, através do Fundo Paraná, a destinação dos investimentos em ciência e tecnologia tem seguido um ciclo vicioso, pois as regiões onde se concentram os ativos institucionais, ou melhor, as Instituições de Ensino Superior e Centros de Pesquisa que possuem pesquisadores com capital científico e infraestrutura de qualidade, tem conseguido canalizar a maior parte dos recursos, caracterizando assim, nas palavras do autor, uma “seletividade distorcida”.

Diante das análises apresentadas neste capítulo podemos concluir que efetivamente as agências do governo federal, responsáveis pela gestão das políticas de pesquisa e pós-graduação, praticam deliberadamente com os dominantes do campo, a conversão do capital simbólico em econômico, privilegiando os grupos que ocupam o topo da estrutura da pós-graduação. Desta forma, pelas regras dispostas pelo campo, os docentes-pesquisadores mais produtivos são os legítimos destinatários dos financiamentos públicos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação foi discorrida como um estudo de caso com bases teóricas da sociologia com o propósito de analisar os elementos e as representações sociais envolvidas no funcionamento do campo científico, em especial, a pós-graduação *stricto sensu* da UEL no contexto da avaliação realizada pela CAPES.

Esclarecemos que o objetivo não é propriamente sugerir uma completa subversão da estrutura, mas sim desmistificar as representações que naturalizam a competição dentro do campo científico (e da pós-graduação), bem como os processos de distinção (que levam os agentes a pensarem que são melhores em relação aos outros). Compartilhando com o pensamento de Bourdieu (2004, p. 60-61) o esforço da sociologia da ciência deve estar relacionado com propostas normativas que visam contribuir com a divisão do trabalho científico dentro de um projeto construído coletivamente, integrando e articulando as diferentes funções numa perspectiva política democrática. Faz-se necessário superar a estrutura mental das classificações que levam os agentes a agirem de forma individualista, desagregadora e dissimulada.

Os capítulos trabalhados comprovam que no âmbito das instituições públicas de ensino superior do Brasil, a pós-graduação *stricto sensu* tornou-se uma estrutura social de incomensurável importância política, institucional e econômica (garantia de recursos financeiros). Isto porque as políticas públicas deflagradas pelo poder público federal através dos seus órgãos de controle e fomento (CAPES e CNPq), vêm historicamente solidificando e universalizando a ciência através da ideologia do produtivismo acadêmico, legitimada como área estratégica para o desenvolvimento econômico e social da nação.

Aplicando a teoria dos campos de Pierre Bourdieu conseguimos demonstrar que o campo da pós-graduação no Brasil é uma estrutura profundamente hierarquizada e dominada pelos agentes (docentes-pesquisadores) que detêm o maior capital simbólico e dispõe de autoridade científica (reconhecimento dos pares). Nesta conjuntura de dominação, as universidades de pequeno e médio porte sofrem a pressão das exigências impostas pelos agentes que transitam e articulam politicamente nas agências reguladoras.

A condição de dominantes do campo está referendada e tutelada pelo aparato político-burocrático das agências de fomento e controle (CAPES, CNPq, entre outras), conferindo-lhes legitimidade e autoridade na definição das regras de avaliação e de financiamento.

O poder simbólico personificado nos dominantes do campo (por serem os mais produtivos) faz com que os mesmos procurem de forma reacionária e dissimulada (já que omitem os reais interesses de si e do grupo) manter estratificada a estrutura, ou seja, dificultam a ascensão dos grupos com menor capital científico. Pois a manutenção das disposições garante aos mesmos, distinção e empoderamento, já que os editais de financiamento e as cartilhas com os critérios de avaliação são compostos para favorecer os docentes-pesquisadores, os programas de pós-graduação e as instituições com maior capital científico.

As representações e disposições herdadas e remodeladas pelos agentes que atuam no campo científico tendem a seguir os códigos de conduta da posição em que o agente ocupa na hierarquia da estrutura; isto pode ser visto no processo histórico da formação do campo. Para Bourdieu (1983, p.154) a sociologia da ciência, comparativamente, segue os mesmos princípios do campo científico (“às diferentes posições no campo científico associam-se representações da ciência, estratégias ideológicas disfarçadas em tomadas de posição epistemológicas”).

Concluimos pela análise das fichas de avaliação CAPES dos triênios 2001/2003, 2004/2006 e 2007/2009, referente aos dois grupos de Programas da UEL: conceito 3 e conceito 5, que o atual sistema de avaliação configura-se pela seletividade performática que enquadra e rotula cada Programa de Pós-Graduação. O conceito do Programa não possui unicamente a representação simbólica da posição na estrutura, corresponde objetivamente às possibilidades reais de conversão em subvenções financeiras.

No capítulo intitulado “*Conversão do Capital Científico em Fomento Financeiro: Privilégio Legítimo*” (4.2), as reflexões demonstram que de fato há uma estreita correlação do conceito do Programa com o montante de recursos financeiros repassados com o PROAP e o número de bolsas DS, ambos pela CAPES; os Programas com conceito 3 recebem quantias bem inferiores em relação aos demais (4 e 5).

Sabemos que o Sistema Nacional de Pós-Graduação caracteriza-se como uma política pública consolidada, não obstante, não podemos ser coniventes com as distorções que impactam negativamente nas relações dos agentes e nas estruturas envolvidas. Encontramos um vasto referencial que analisa as transformações e os efeitos negativos no âmbito das instituições de ensino superior desde que o conhecimento científico passou a figurar na agenda das políticas públicas.

Atualmente vemos o campo científico subjugado às demandas do produtivismo acadêmico e os docentes em meio há uma competição frenética, não havendo espaço para

relações altruístas. Assim, a universidade tornou-se um ambiente onde os vínculos foram deteriorados pelo individualismo e o trabalho docente planejado e objetivado para cumprir indicadores de produção impostos pelos dominantes nos instrumentos de controle e avaliação.

O perfil desta universidade reformada para a pós-graduação tem sido garantir a formação de jovens doutores em larga escala e em curto espaço de tempo, sem, no entanto, perceber que estes profissionais foram treinados para publicar e que muito provavelmente, a ausência de experiência adquirida em situações reais do trabalho empobrecerão a formação dos seus futuros alunos.

Um outro ponto que merece destaque do sistema de avaliação dos Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu* refere-se aos critérios convencionados pelos consultores da CAPES e descritos nos documentos de área, observamos que nos referidos documentos prevalecem os postulados de internacionalização do conhecimento produzido pelo Programa na área de conhecimento.

A valorização das publicações em periódicos internacionais e do intercâmbio de estudantes e docentes deve-se ao fato do campo da pós-graduação do Brasil estar submetido ao campo científico internacional. Para medir a performance internacional dos docentes os consultores-avaliadores dispõem do Qualis como instrumento forjado pelos dominantes que induz os Coordenadores dos Programas a praticarem uma gestão punitiva, de policiamento e desqualificação dos “improdutivos“, esta prática tem gerado um clima de desconforto e sentimento de incapacidade entre os agentes do campo.

Até a avaliação do triênio 2007/2009 o Estado do Paraná possuía somente 3 (1,47%) Programas com conceito 6 e nenhum no extrato 7, ou seja, sugere-se que o Estado do Paraná necessita de políticas e financiamentos para fortalecer os grupos de pesquisas envolvidos nos Programas de Pós-Graduação, aumentando o capital científico dos mesmos, caso contrário e pelas regras dispostas no campo que procuram manter a heterogeneidade, não conseguirá atingir o estágio de excelência e projeção internacional.

Frente ao cenário analisado e descrito que envolve a política de desenvolvimento científico e tecnológico do país, sedimentada na tradição científica do campo da pós-graduação, gostaríamos de destacar algumas situações que poderiam ser repensadas e/ou implementadas pelos agentes do campo:

- 1) **Pontos de distorção do sistema de avaliação da CAPES:** a) o modelo de avaliação privilegia os indicadores da produção docente e discente, no entanto, não mensuram de fato os resultados da formação dos egressos. Será que os egressos atuam profissionalmente na área de formação do curso? Será que aplicam os conhecimentos

adquiridos na solução de problemas sociais e/ou profissionais? **b)** o item da avaliação denominado “Inserção Social” não tem peso expressivo no processo, corresponde entre a 10 a 15% (dependendo da área), ou seja, parece-nos um fator subavaliado frente à importância social; **c)** os critérios para definir a pontuação da produção intelectual objetivados no Qualis não respeitam as especificidades de área, de região e de instituição, isto impacta negativamente nos Programas de Pós-Graduação de áreas com características endógenas, pois não conseguirão publicar em periódicos internacionais; **d)** fala-se muito em solidariedade e cooperação entre Programas, mas pelas disposições do campo possivelmente existem resistências por parte dos dominantes, já que a sociabilidade produtiva está na estrutura mental do campo científico;

- 2) A internacionalização (que é uma regra imposta pelo campo científico internacional) é um aspecto muito cobrado na avaliação da CAPES, porém, dissimuladamente favorece os dominantes, pois vivenciam realidades institucionais distintas, contrapondo-se a realidade precária dos dominados;
- 3) Os investimentos não são distribuídos equanimemente: a forma de financiamento tem seguido um ciclo vicioso de conversão meritocrática que beneficia os dominantes, este empoderamento tem acentuando as assimetrias entre regiões e instituições.
- 4) A universidade não deveria ser tratada como um *locus* de disputas de poder e violência simbólica, mas sim um espaço socialmente construído pela diversidade de pensamentos e atitudes, com o objetivo comum de respeito ao outro e a formação de civilidade, independentemente da posição na hierarquia disposta.

Enfim, todo trabalho científico tem limitações teóricas e metodológicas inerentes ao seu tempo, portanto, sabemos que esta pesquisa é uma pequena contribuição para a área do conhecimento e para o planejamento institucional da UEL. Entendemos ainda que os resultados apresentados podem contribuir com a formulação de uma política institucional de pós-graduação *stricto sensu* e, na esfera dos Programas de Pós-Graduação, auxiliar no planejamento e organização visando ajustes disposicionais.

## 6 REFERÊNCIAS

BALL, Stephen J. Reformar escolas/reformar professores e os terrores da performatividade. **Revista Portuguesa de Educação**. Braga/Portugal, v.15, n. 2, p. 3-23, 2002.

BOSI, Antônio de Pádua. A precarização do trabalho docente nas Instituições de Ensino Superior no Brasil nesses últimos 25 anos. **Educ. Soc.** Campinas, v. 28, n. 101, p. 1503-1523, set./dez. 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Homo academicus**. Trad. Ione Ribeiro Valle; Nilton Valle. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011a.

\_\_\_\_\_. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu – Sociologia**. São Paulo: Ática. 1983, p.122-155.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand. 2011b.

\_\_\_\_\_. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CAPES/DIRETORIA DE AVALIAÇÃO. **Situação da Pós-graduação – 1995**. Brasília: CAPES, 1996. 96p.

**CAPES, 50 ANOS: depoimentos ao CPDOC/FGV**. Organizadoras: Marieta de Moraes Ferreira & Regina da Luz Moreira. Brasília: CAPES, 2002. 343 p.

CAPES/CURSOS POR CONCEITO. Disponível em: <http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=pesquisarConceito>.

Acesso em 15/05/2013.

CAPES/DIRETORIA DE AVALIAÇÃO. **Documento de Área 2009**. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/documentos-de-area-/3270>. Acesso em 26/06/2013.

CAPES/**Portaria nº 64**, de 24 de março de 2010.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Quadragésimo ano do parecer CFE nº 977/65. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n. 30, p.7-20, set./out./nov./dez. 2005.

DOCUMENTO DA CAPES/DIRETORIA DE AVALIAÇÃO – Quem realiza a avaliação da pós-graduação. Disponível em: <http://capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/06QuemRealizaAvaliacao2008.pdf>.

Acesso em 26/06/2013.

FONSECA, Marília; OLIVEIRA, João Ferreira. A avaliação da pós-graduação e o seu impacto no trabalho acadêmico dos professores brasileiros. In: OLIVEIRA, João Ferreira; CATANI, Afrânio Mendes; FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org.). **Pós-Graduação e Avaliação: impactos e perspectivas no Brasil e no cenário internacional**. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2010.

FUEL/**Trabalho Submetido para Credenciamento do Curso de Mestrado em Ciências de Alimentos junto ao Conselho Nacional de Pós-Graduação**. 1978.

FUEL/**Catálogo de Pós-Graduação**, 1979.

GOUVÊA, Fernando César Ferreira. A institucionalização da Pós-Graduação no Brasil: o primeiro decênio da CAPES (1951-1961). **RBPG - Revista Brasileira de Pós-Graduação**. Brasília, v. 9, p. 373-399, jul. 2012.

HEY, Ana Paula; CATANI, Afrânio Mendes. O impacto da avaliação no desenvolvimento e na reconfiguração do campo universitário brasileiro. In: OLIVEIRA, João Ferreira; CATANI, Afrânio Mendes; FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org.). **Pós-Graduação e Avaliação: impactos e perspectivas no Brasil e no cenário internacional**. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2010.

LAHIRE, Bernard. Patrimônios individuais de disposições – para uma sociologia à escala individual. **Sociologia, Problemas e Práticas**. Oeiras/Portugal, n. 49, p. 11-42, set. 2005.

LIMA, Raymundo de. Os suicídios e a universidade produtivista. **Revista Espaço Acadêmico**. Maringá, n. 149, p. 78-86, out. 2013.

MARTINS, Carlos Benedito. A formação do sistema nacional de pós-graduação. In: SOARES, Maria Susana Arrosa (org.). **Educação Superior no Brasil**. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002.

MICELI, Sergio. O cenário institucional das Ciências Sociais no Brasil. In: MICELI, Sergio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Sumaré/FAPESP, 1995.

\_\_\_\_\_. A Fundação Ford e os Cientistas Sociais. In: MICELI, Sergio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Sumaré/FAPESP, 1995b.

OLIVEIRA, João Ferreira de Oliveira; FONSECA, Marília. A pós-graduação brasileira e o seu sistema de avaliação. In: OLIVEIRA, João Ferreira; CATANI, Afrânio Mendes; FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org.). **Pós-Graduação e Avaliação: impactos e perspectivas no Brasil e no cenário internacional**. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2010.

OLIVEIRA, Pedro Paulo. *Illusio*: aquém e além de Bourdieu. **Mana**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 529-543, out. 2005.

OLIVEN, Arabela Campos. Histórico da educação superior no Brasil. In: SOARES, Maria Susana Arrosa Soares (org.). **Educação Superior no Brasil**. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002.

PARECER CFE Nº 977/65 (03/12/1965). **Revista Brasileira de Educação**. n. 30, p. 162-173, set./out./nov./dez. 2005.

Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011-2020 / Coordenação de Pessoal de Nível Superior. – Brasília, DF: CAPES, 2010, 2 v.

UEL/PLANO DIRETOR 2010/2015/BREVE HISTÓRICO DA UEL. Disponível em: [http://www.uel.br/proplan/plano\\_diretor\\_2010\\_2015/texto\\_numerado\\_Plano\\_Diretor.pdf](http://www.uel.br/proplan/plano_diretor_2010_2015/texto_numerado_Plano_Diretor.pdf). Acesso em 07/05/2012.

UEL/RESOLUÇÃO Nº 362/76. **Resolução de criação da Coordenadoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UEL.** 1976.

UEL/Resolução CEPE Nº 0175/2008. **Regimento do Programa de Pós-Graduação em Ciência de Alimentos, em nível de Mestrado em Doutorado.** 2008.

SANTOS, Cássio Miranda dos. Tradições e contradições da pós-graduação no Brasil. **Revista Educ. Soc.** Campinas, v. 24, n. 83, p. 627-641, ago. 2003.

SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JÚNIOR, João dos Reis. **Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico.** São Paulo: Xamã, 2009.

SILVA, Eduardo Pinto; SILVA JÚNIOR, João dos Reis. Estranhamento e desumanização nas relações de trabalho na instituição universitária pública. **Revista HISTEDBR (On line)**, número especial, p. 223-238, ago. 2010.

SOUZA, Mário José de. **Políticas públicas para o campo científico: um estudo sobre o Fundo Paraná de ciência e tecnologia.** 2012. 103f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

TREIN, Eunice; RODRIGUES, José. O canto de sereia do produtivismo científico: o mal-estar na academia e o fetichismo do conhecimento-mercadoria. **Universidade e Sociedade.** Brasília, n. 47, p. 122-132, fev. 2011.